SENASP

Secretaria Nacional de Segurança Pública

Relatório Final

Concursos Nacionais de Pesquisas Aplicadas em Justiça Criminal e Segurança Pública

Autor (s)

Simone Gonçalves de Assis e Kathie Njaine

Título da Pesquisa

A Imagem do Policial na Mídia Escrita

Estes relatórios de pesquisa constituem os produtos resultantes do Concurso Nacional de Pesquisas Aplicadas em Segurança Pública e Justiça Criminal. Fornecerão importantes subsídios para a qualificação das políticas nacionais de segurança pública. Destacamos que eles não constituem a opinião oficial do Ministério da Justiça sobre os assuntos tratados.

Abril 2006

Ministério da Justiça

GOVERNO FEDERAL

Ministério da Justiça

Segurança Pública

Ministério da Saúde
Fundação Oswaldo Cruz
Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca

RELATÓRIO FINAL DE PESQUISA

A IMAGEM DO POLICIAL NA MÍDIA ESCRITA

ESTUDO COMPARATIVO DE QUATRO CAPITAIS BRASILEIRAS

Coordenação

Drª Simone Gonçalves de Assis & Drª Kathie Njaine

Rio de Janeiro, dezembro de 2005

Equipe de pesquisadores

Simone Gonçalves de Assis (coordenação)
Kathie Njaine (coordenação)
Fernanda Mendes Lages Ribeiro
Queiti Batista Moreira Oliveira
Flávia de Assis Souza

Organização dos Clippings

Lucimar Câmara Marriel
Fernanda Mendes Lages Ribeiro
Jacqueline Cardoso da Silva Martins
Fátima Cristina Lopes de Santos
Danúzia da Rocha de Paula

Codificação

Bruno Njaine de Anchieta Ramos

Digitação

Dayana Monteiro Motta
Luiza Cristina Fernandes Victor

Digitalização de imagem e gerenciamento do Programa AnSWR

Lucimar Câmara Marriel

Estatística

Raquel de Vasconcelos Carvalhaes de Oliveira

Apoio técnico-administrativo

Marcelo Silva da Motta
Marcelo da Cunha Pereira
Jerônimo Rufino dos Santos Júnior

Normatização da Bibliografia

Fátima Cristina Lopes dos Santos

AGRADECIMENTOS

À Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça (SENASP/MJ) pela oportunidade de desenvolver esta pesquisa.

Ao Centro Latino-Americano de Estudos de Violência e Saúde Jorge Careli da Escola Nacional de Saúde Pública/Fundação Oswaldo Cruz (CLAVES/ENSP/FIOCRUZ) pelo apoio recebido dos demais pesquisadores e funcionários.

Ao Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESEC), em especial a Silvia Ramos, pela importante interlocução no estudo da temática em questão e inspiração para a construção do nosso instrumento quantitativo.

ÍNDICE

	Páginas
RESUMO	05
INTRODUÇÃO	07
MÍDIA E POLÍCIA	10
O CRESCIMENTO DOS HOMICÍDIOS E DA VIOLÊNCIA EM CIDADES BRASILEIRAS	13
CONTEXTO DAS POLÍCIAS – BREVE PANORAMA	15
OBJETIVOS	23
METODOLOGIA	24
CARACTERIZAÇÃO DOS JORNAIS	27
RESULTADOS	29
ABRANGÊNCIA DAS NOTÍCIAS	31
PRESENÇA DAS CORPORAÇÕES POLICIAIS NAS MATÉRIAS	33
OUTROS PERSONAGENS APONTADOS NAS MATÉRIAS	34
VOZES ATUANTES NAS MATÉRIAS	36
COMPOSIÇÃO DAS MATÉRIAS POLICIAIS	38
OBJETIVOS DAS AÇÕES POLICIAIS	42
DADOS SOBRE AS VÍTIMAS EXISTENTES NAS MATÉRIAS	43
DADOS SOBRE SUSPEITOS, ACUSADOS OU CRIMINOSOS NAS MATÉRIAS	45
TEMAS APRESENTADOS NAS MATÉRIAS	47
TEOR DA MATÉRIA EM RELAÇÃO AO POLICIAL E ÀS CORPORAÇÕES	49
ABORDAGEM DOS DIFERENTES JORNAIS QUANTO AOS ASPECTOS POSITIVOS E NEGATIVOS ATRIBUÍDOS AOS POLICIAIS E ÀS CORPORAÇÕES	51
IMAGENS NEGATIVAS APRESENTADAS NOS JORNAIS	54
ASPECTOS POSITIVOS DESTACADOS NAS MATÉRIAS	59
BREVE DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	61
REFERÊNCIAS	64
SITES PESQUISADOS	66
ANEXOS	68

TABELAS E GRÁFICO

	Páginas
GRÁFICO 1: EVOLUÇÃO TEMPORAL DA TAXA DE HOMICÍDIO EM QUATRO CAPITAIS E BRASIL, SEGUNDO ANO DE OCORRÊNCIA (1991-2002)	14
TABELA 1: JORNAIS ANALISADOS REFERENTES AOS MESES DE OUTUBRO E NOVEMBRO DE 2004	24
TABELA 2: INFORMAÇÕES SOBRE OS JORNAIS ANALISADOS	27
TABELA 3: DISTRIBUIÇÃO PROPORCIONAL DAS MATÉRIAS SEGUNDO JORNAIS	29
TABELA 4: DISTRIBUIÇÃO PROPORCIONAL DAS MATÉRIAS SEGUNDO SEÇÕES DOS JORNAIS	30
TABELA 5: NÍVEL DE APROFUNDAMENTO DAS MATÉRIAS	30
TABELA 6: FONTES DE INFORMAÇÃO DAS MATÉRIAS POLICIAIS	32
TABELA 7: CORPORAÇÕES POLICIAIS PRESENTES NAS MATÉRIAS	33
TABELA 8: PRESENÇA DE POLICIAIS RELATADOS NAS MATÉRIAS	34
TABELA 9: PERSONAGENS PRESENTES NAS MATÉRIAS POLICIAIS	35
TABELA 10: PERSONAGENS COM VOZ DIRETA NAS MATÉRIAS POLICIAIS	36
TABELA 11: PROTAGONISTAS E COADJUVANTES NAS NOTÍCIAS	37
TABELA 12: TIPOS DE NOTÍCIAS POLICIAIS	38
TABELA 13: RECURSOS GRÁFICOS EXISTENTES NAS NOTÍCIAS POLICIAIS	39
TABELA 14: FOTOS QUE ILUSTRAM NOTÍCIAS POLICIAIS	39
TABELA 15: BOX APRESENTADOS COM AS NOTÍCIAS	40
TABELA 16: ESTATÍSTICAS APRESENTADAS NAS NOTÍCIAS	41
TABELA 17: DESENHOS E ILUSTRAÇÕES APRESENTADAS NAS NOTÍCIAS	41
TABELA 18: TABELAS, GRÁFICOS E MAPAS APRESENTADOS NAS NOTÍCIAS	42
TABELA 19: OBJETIVOS DAS AÇÕES POLICIAIS MENCIONADOS NAS NOTÍCIAS	42
TABELA 20: INFORMAÇÕES SOBRE VÍTIMAS EXISTENTES NAS MATÉRIAS	43
TABELA 21: INFORMAÇÕES SOBRE SUSPEITOS/ACUSADOS EXISTENTES NAS MATÉRIAS	45
TABELA 22: TEMAS ESPECÍFICOS DAS CATEGORIAS POLICIAIS DESTACADOS NAS MATÉRIAS	47
TABELA 23: TIPOS DE CRIMES OU DENÚNCIAS COMETIDOS POR POLICIAIS DESTACADOS NAS MATÉRIAS	48
TABELA 24: TIPOS DE CRIMES OU DENÚNCIAS COMETIDOS CONTRA POLICIAIS DESTACADOS NAS MATÉRIAS	48
TABELA 25: LEIS MENCIONADAS NAS MATÉRIAS POLICIAIS	49
TABELA 26: NÍVEL DE APROFUNDAMENTO DAS MATÉRIAS EM RELAÇÃO AOS POLICIAIS	49
TABELA 27: ATRIBUTOS POSITIVOS E NEGATIVOS SEGUNDO INSERÇÃO DOS POLICIAIS NAS CORPORAÇÕES	50
TABELA 28: NÍVEL DE APROFUNDAMENTO DAS MATÉRIAS EM RELAÇÃO ÀS CORPORAÇÕES	50
TABELA 29: ATRIBUTOS POSITIVOS E NEGATIVOS SEGUNDO CORPORAÇÃO	50
TABELA 30: IDÉIAS SOBRE AS AÇÕES POLICIAIS PRESENTES NAS MATÉRIAS	51

Resumo

A pesquisa se refere às representações sociais da organização policial e de seus operadores na mídia escrita em oito jornais de grande circulação de quatro capitais brasileiras com elevadas taxas de mortalidade por causas externas e graves problemas de violência social: Rio de Janeiro, São Paulo, Vitória e Recife. O objetivo principal foi analisar quantitativa e qualitativamente a imagem dessa organização e desse sujeito social representadas na imprensa escrita. Foram analisadas 2.851 matérias jornalísticas através de questionário quantitativo e inseridos os dados em banco (Epi-Data) para análise no Programa SPSS. Para a análise qualitativa foi feito um recorte das notícias que destacavam explicitamente aspectos positivos ou negativos da ação dos policiais e/ou das instituições policiais, referentes ao mês de novembro. Foram utilizados técnicas estatísticas descritivas para análise dos dados quantitativos e análise temática para a análise qualitativa. Resultados: do total de matérias analisadas no período, 84,2% tem um caráter factual, 14,2% foram classificadas como matérias que representam negativamente as ações policiais e somente 1,6% foram classificadas como representativas de uma imagem positiva dessas ações. Observa-se que dentre os aspectos negativos e positivos há uma clara tendência de todos os jornais em destacar os aspectos negativos das ações policiais, conforme mostraram os dados acima. Diversas ações ilícitas e violentas são divulgadas, a partir de fontes como a própria polícia, informações de vítimas, testemunhas e da investigação jornalística. Essas visões configuram uma imagem das corporações policiais e seus operadores como instâncias do serviço público extremamente vulneráveis a julgamentos depreciativos por parte da população em geral. As principais representações negativas da ação policial dizem respeito: envolvimento da policia com o tráfico de drogas; falta de policiamento/falta de segurança da população; homicídios cometidos por policiais; maus-tratos físicos contra suspeitos/acusados/criminosos ou qualquer pessoa; corrupção policial/envolvimento com outros crimes; efetivo insuficiente; violência em geral (discriminações, ameaças, abordagem violenta , abusos da polícia em geral); despreparo dos policiais; omissão da polícia; mal funcionamento/mal atendimento da polícia; desmoralização da polícia. As raríssimas representações positivas às ações policiais podem ser apreendidas através dos destaques aos aspectos institucionais das corporações que visam sua melhoria. Entretanto, muitas dessas menções não vêm acompanhadas de um contexto explicativo mais detalhado de

políticas de segurança pública, de modo a proporcionar ao leitor informações importantes para a formação de sua opinião. São esses os aspectos positivos mais destacados pelos jornais: dicas de segurança da PM; ação cooperativa; ação eficaz; investimento em segurança; implementação de reformas; outras ações da polícia; melhoria do atendimento; co-responsabilidade nas ações policiais; investimento em qualificação/capacitação; moralização da polícia. Como conclusões são propostas algumas recomendações visando melhorar a relação entre mídia, polícia e sociedade civil.

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa busca investigar a cobertura da mídia escrita sobre as ações policiais, tendo em vista a importância do papel desse meio de comunicação na percepção pública da força policial.

As teorias de comunicação têm demonstrado que a ação jornalística não se restringe somente à construção da notícia enquanto tarefa intrínseca dos profissionais que trabalham na mídia. Para muitos teóricos alguns temas permanecem na mídia enquanto houver um interesse do próprio setor em faze-los entrar no "debate público". Desse modo, mais que o simples registro, o tratamento jornalístico a determinadas questões ou passa por um interesse público ou são de interesse do jornalismo porque mobiliza emoções, dramas e o comércio desse produto. Para Champagnhe (1997:64)

> *a mídia age sobre o momento e fabrica coletivamente uma representação social que, mesmo quando está muito afastada da realidade, perdura apesar dos desmentidos ou das retificações posteriores porque ela nada mais faz, na maioria das vezes, que reforçar as interpretações espontâneas e mobiliza, portanto, os prejulgamentos e tende, por isso, a redobra-los.*

Para Rebelo (2000) o papel da mídia impressa se realiza em dois planos: um que procura narrar as notícias do dia, procurando cumprir sua função *informativa;* outro, no qual se configura e expressa um sistema de valores, em consonância com o lugar de fala do jornal. Desse modo, essa não é uma narrativa qualquer, é a narrativa do *jornal*, não mais se restringindo sobre "aquilo de que se fala", mas prevalecendo no plano do *discurso,* "*de que modo se fala*" e *"porque se fala"*. Os dois planos tornam o jornal socialmente reconhecido pelos leitores, o que inclui, obviamente também, o reconhecimento do estilo e do perfil do jornalista. Essa atividade da informação escrita apresenta diferenças em relação à mídia falada, porque, por ser menos fragmentária e possuir uma temporalidade maior, produz efeitos de agendamento de temas (*agenda-setting*) como, por exemplo, o da atuação policial. (Wolf, 2001).

A hipótese do *agenda setting* a que se refere o autor acima não concorda que os meios de comunicação de massa agem persuasivamente sobre as pessoas, mas que a compreensão que a maioria das pessoas têm de grande parcela da realidade é dada por esses meios. Ou seja, há uma tendência a dar ênfase aos assuntos que a mídia e/ou o jornalismo destacam, tais como os eventos violentos e as ações que envolvem a polícia e, assim, negligencia-se ou ignora-se outros temas que não são

realçados pelos meios. Essa hipótese tem integrado as teorias de comunicação no que se refere à compreensão do nível cognitivo, da organização dos conhecimentos e da relevância dada pelos consumidores dessas informações.

Alguns estudiosos do funcionamento da mídia escrita destacam que esse objeto de conhecimento merece ser aprofundado pela complexidade da questão da circulação de informação. Consideram que para além do nível do *enunciado*, ou o exame do conteúdo do jornal (o que se diz), encontra-se o nível da *enunciação* (o modo como se diz), que constrói certas imagens da realidade, estabelecendo com o leitor o que chamam de "contrato de leitura", conforme apontado acima. A teoria da enunciação, portanto, em relação à mídia escrita, busca conhecer o funcionamento do discurso, ou como o jornal constrói uma relação com o leitor através dos textos, das imagens, dos dispositivos utilizados nos títulos, subtítulos etc. (Veron, 1985; Fausto Neto, 1999). Esses autores enfatizam que o jornal procura construir com o seu leitor uma espécie de contrato "a priori" que corresponda às expectativas, interesses e conteúdos presentes no imaginário do seu destinatário. Além disso, atendendo à evolução sócio-cultural do leitor, o jornal procura acompanhar esse movimento, resguardando a fidelidade de seu público. Todavia, por serem produtos sujeitos à comercialização, esse contrato pode modificar se a concorrência assim o exigir.

A importância dos estudos da mídia se fundamenta no fato de que esses meios fazem parte de um sistema que se articula à lógica da vida social, ocupando lugar privilegiado de produção e reprodução do real, ou pelo menos dando a ilusão da realidade (Sodré, 1992; Champagne, 1997). A informação, considerada o bem mais valioso do mundo contemporâneo, torna-se ao mesmo tempo objeto de interesses e mecanismos de desregulação e desumanização (Elhajji, 2002). A imprensa tem tido forte influência na organização do espaço relacional (Hobsbawn,1995; Ramonet,1996). Seu objeto essencial de trabalho que é o *discurso,* portanto, se nutre da própria construção da hegemonia, mas também das correntes contra-hegemônicas (Gramsci, 1981). Martin-Barbero (2001) diz que para o poder se manter por meio da mídia, tem que dialogar com seus contrários e com os que, por serem do meio popular, a elite considera de mau gosto, despreza ou menospreza. Por causa dessas estratégias de concessão às diferenças, articuladas à imposição de uma forma dominante de olhar o mundo, os meios de comunicação acabam por ter forte influência cultural.

Ao investigar a atividade jornalística Rebelo (2000) discorda da visão muitas vezes maniqueísta de alguns intelectuais, referindo-se a Patrick Champagne, de que o

jornalista é um mero narrador dos fatos, incapaz de comentar, interpretar. Rebelo coloca que, os jornalistas, na sua grande maioria, são profissionais assalariados e, como tal, estão sujeitos às condições econômicas das empresas que concorrem no mercado e às condições tecnológicas da própria profissão, que modifica com a chegada de cada nova tecnologia. Esse autor aborda a questão da relação entre os jornalistas e as fontes de informação, destacando que essa negociação é, principalmente simbólica *"o valor da troca é, de alguma forma, coincidente com o valor de uso"* (Rebelo: 2000:28). Assim, a informação, da fonte até o leitor, é compreendida por esse autor como composta por três estratégias: (1) a estratégia da fonte que cede ao jornal somente as informações que interessa a ela serem difundidas; (2) a estratégia do jornal que difunde somente as informações que julga mais condizentes com o seu projeto editorial; (3) a estratégia do leitor, que como destinatário último, se interessa somente pelas informações que coadunam com o seu quadro de referência. Essa síntese da circulação da informação é para Rebelo, a estrutura que funda o sistema de comunicação de massa, formada pelo jornalista e a fonte.

Para este trabalho, interessa abordar as fontes institucionais, dentre elas a própria polícia, além das demais instituições sociais, que juntamente com os órgãos de comunicação social estabelecem relações estreitas e peculiares. Portanto, o processo de circulação da notícia não é simples, conforme já apontado, e não se limita a uma mera transmissão, podendo vir influenciada no próprio processo de geração. Outro aspecto da atividade jornalística relaciona-se ao mercado, por terem as empresas jornalísticas esse caráter comercial, que é definido nas vendas, em detrimento da idéia de informar como um dever, preservando a qualidade dos conteúdos do jornal. Ou como se refere Marcondes Filho (2000: 58), no momento atual do jornalismo existe uma "precarização dos jornalistas", por conta do processo de informatização, chantagem do desemprego, terceirização da reportagem, da pesquisa, da investigação jornalística. A especialização, as análises aprofundadas e os comentários estariam em declínio. De fato, desde o seu surgimento, há duzentos anos, os jornais sofreram mudanças drásticas e suas relações com a sociedade também, vivenciando novas relações de poder.

Mídia e Polícia

Não se pode generalizar a respeito da atuação jornalística. Alguns estudos sobre a representação de eventos violentos na mídia mostram que grande parte da cobertura policial caracteriza-se por ser um jornalismo informativo e factual (Ramos e Paiva, 2005).

A maioria das matérias faz parte das seções do cotidiano e questões mais aprofundadas sobre as ações policiais são tratadas por jornalistas especializados e em seções especiais. Outra parte dessa cobertura dedica-se a um tipo de jornalismo sensacionalista, espetacular, próprio do universo do *fait divers*, cujas características são a exposição da violência, da morte, do acidente, do bizarro do comportamento do homem. (Angrimani, 1995; Njaine & Minayo, 2002)

A imprensa escrita tem evoluído na cobertura policial, principalmente com a mudança editorial de alguns jornais conhecidos com os atributos de "espreme que sai sangue". Mas ainda se verifica um tipo de jornalismo ambíguo, onde a figura do jornalista se confunde com a do policial, o suspeito é exposto na mídia e pré-julgado, a vítima é exibida como um cardápio de horror e a questão dos direitos humanos é completamente ignorada. O enfoque na atuação da polícia ainda ocupa um espaço considerável dos jornais, principalmente no que se refere às ocorrências violentas urbanas. Nessa cobertura, de modo geral, há uma ênfase no aumento da criminalidade e uma tendência em destacar a incapacidade do Estado em oferecer segurança pública de qualidade para a população. No entanto, nesse avanço da mídia escrita, observa-se também uma melhor cobertura em relação à violação dos direitos, que se deve a uma melhor qualificação de jornalistas nessa área. O tema dos direitos humanos também está mais presente na formação e capacitação de policiais.

Alguns órgãos de imprensa têm protagonizado também a discussão sobre questões de segurança pública, como a Rede Gazeta, que juntamente com a Assembléia Legislativa do Espírito Santo, vêem coordenando o Projeto Pacto pela Paz, lançado em setembro de 2005. O projeto conta com o apoio de algumas empresas privadas e já abordou temas como família, drogas e desigualdade social. Em 31 de outubro deste ano, promoveu a palestra sobre "Imprensa e Violência" com um analista da Agência dos Direitos da Infância (ANDI), Ong que trabalha na defesa dos direitos de crianças e adolescentes há mais de dez anos.

O Jornal O Dia, do Rio de Janeiro, também tem dedicado grandes matérias jornalísticas que ampliam a visão sobre a questão da segurança pública. Matéria do dia 8 de maio de 2005 (pgs. 18 e 19) aborda a discriminação sofrida pelos filhos de policiais militares, após a chacina da Baixada Fluminense, em 31 de março de 2005. O jornal coloca que após essa chacina aumentou a reação negativa da população em relação a PM. O comando geral da PM colocou, inclusive, a assessoria jurídica da corporação e possibilidade de atendimento psicológico para aqueles policiais que se sentirem ofendidos, diz o jornal. Outro aspecto que O Dia aborda é a dificuldade desses policiais alugarem casas, sob a alegação de eles atraem conflitos para a área. Esse tipo de atuação do jornalismo impresso contribui para subsidiar políticas públicas de segurança e também para mostrar outros aspectos da instituição policial e seus operadores.

Com a manchete de capa *Polícia Que Não Funciona*, a Revista Época do dia 3 de maio de 2004, destaca a atuação de policiais do Rio de Janeiro e São Paulo. O subtítulo destaca que as polícias dessas duas capitais matam mais que a dos Estados Unidos. A partir de fontes como a Ouvidoria de Polícia de São Paulo, da Secretaria Estadual de Segurança Pública de São Paulo, de especialistas em segurança pública, de familiares das vítimas, de vítimas e Ongs, a publicação mostra os dados da violência policial nessas duas capitais. A despeito dos aspectos de efeitos de sentidos da manchete de capa da matéria, que poderiam ser objeto de análise científica, esse tipo de reportagem também contribui para a discussão da área de segurança pública e suas teias políticas e ideológicas. Mas, acima de tudo, confirma o que está dito na própria matéria, que os brasileiros estão prestando mais atenção no *"lado assassino da polícia"* (Época, 3/5/2004, pg. 98).

Essas representações, permanentemente na mídia escrita, têm criado tensões na sociedade em relação à atuação policial. Policiais civis do Rio de Janeiro entrevistados em uma pesquisa sobre suas condições de vida e saúde se queixam da indistinção de papéis das várias corporações policiais apresentados pela mídia. Asseguram que parte da imagem negativa que possuem se deve a ações realizadas pela Polícia Militar. Esse fato ilustra que as "*diferenças entre o ser policial civil e o ser policial militar podem ser tênues*" (Gomes *et al*, 2003).

A década de 80 marca uma inflexão no aumento da mortalidade por violência, representada, sobretudo, pelas altas taxas de homicídios, em quase todas as faixas de idade, mas especialmente os jovens. A questão da qualidade da informação sobre os eventos violentos, tanto na sua geração quanto na sua divulgação mostra que há uma desqualificação desses dados nos órgãos oficiais e nas formas de

representação desses eventos (Njaine *et al*, 1997). Neste contexto permeiam as ações policiais, tanto na forma repressiva característica dessa categoria profissional quanto no uso e abuso da força contra a população civil indiscriminadamente. Essa atuação vem gerando opiniões dicotômicas na sociedade que, por um lado exige mais segurança, por outro despreza essa corporação e seus membros.

A ambigüidade não se restringe à ação policial nem à mídia, mas retrata os valores presentes em uma parcela da sociedade brasileira, fortemente preconceituosa e favorável às violações (Lima, 2002). Um percentual significativo de brasileiros concorda plenamente que a polícia tem direito de revistar pessoas suspeitas em função da aparência - 22% dos cariocas, 27% dos pernambucanos e 31% dos paulistas (Cárdia, 1999).

Pesquisas acadêmicas vêm relatando a visão negativa que a população tem da polícia, em consonância com imagens veiculadas pela mídia. Estudo realizado com 1220 jovens do Rio de Janeiro mostra que eles consideram a polícia como o *agente principal* da violência naquela cidade. Deram nota 3 para a atuação policial, num *continuum* que variou de 0 a 10 (Minayo *et al*, 1999). A imagem que os próprios policiais fazem de seu trabalho reflete essa visão pejorativa: 1458 policiais civis do Rio de Janeiro reconheceram que o ajuizamento da sociedade sobre seu trabalho é negativo e preconceituoso. Revelam a falta de reconhecimento, a depreciação e a incompreensão da sua missão. A mídia foi apontada por esses profissionais como responsável pela rejeição social que a categoria hoje possui, no intuito sensacionalista de vender jornais e revistas e aumentar a audiência televisiva (Gomes *et al*, 2003).

Baierl (2004) em entrevistas com policiais e moradores do município de Santo André (SP) mostra como essa percepção pública da instituição policial é permeada de medo. A autora coloca que

> *A população, que deveria olhar a polícia como alguém em quem confiar, ao contrário, identifica-a como sujeitos truculentos, que desrespeitam a lei e agridem as pessoas indistintamente, em vez de transmitir segurança. Esse personagem – o policial – aparece como o sujeito que mais provoca medo nos moradores.* (pp. 156)

Essa autora aponta que a polícia civil, em especial, e a polícia militar são os sujeitos que mais provocam medo na população, tanto nas favelas quanto nos bairros de classe média. Conseqüentemente, as respostas à presença da polícia como garantia de segurança eram desqualificadas.

Entretanto, a autora ressalta que os próprios policiais também se sentem vulneráveis á violência das cidades, enquanto trabalhadores. Alguns depoimentos

de policiais, sobre seu trabalho, revelam como essa violência os atinge e como a mídia colabora em boa parte com essa situação de disseminação do medo (Baierl, 2004: 157).

Essa situação de elevada tensão profissional se manifesta em problemas de saúde física e emocional relacionados ao estresse. Policiais civis do Rio de Janeiro, com menos de dez anos de trabalho policial, têm menor índice de sofrimento psíquico (13,2%) dos que os têm entre onze e vinte anos de serviço (24%). Essa angústia emocional ficou refletida nos mais elevados níveis de nervosismo, tensão, agitação, insônia, tristeza e sentimento de inutilidade. Esse grau de sofrimento emocional gerado pela profissão retorna à sociedade através dos conflitos envolvendo policiais, agravando a situação de violência social. Esses aspectos relacionados ao sofrimento decorrente do trabalho policial, pouco são trabalhados pela mídia (Assis *et al*, 2003).

Devido à freqüência e diferenciação com que a instituição policial e seus operadores aparecem nos jornais, torna-se pertinente investigar como esses atores são representados e como essa representação influencia na formação da opinião pública em relação às corporações policiais, e são por ela influenciadas. O aprofundamento da compreensão dessa relação entre a mídia e a instituição policial e a repercussão que possui na sociedade pode contribuir para uma melhoria da imagem que hoje vigora no meio social.

O conhecimento sobre como as mensagens são produzidas pelas mídias e como as mesmas atendem a diferentes interesses e estratos sócio-econômicos também podem contribuir para entender o funcionamento da imprensa e da atuação de jornalistas responsáveis pela construção dos textos. Um outro aspecto relevante do estudo refere-se às diferentes visões das instituições policiais (civil, militar e federal) representadas pelos jornais que podem servir como subsídio para o aprofundamento das questões de segurança pública.

O crescimento dos homicídios e da violência em cidades brasileiras

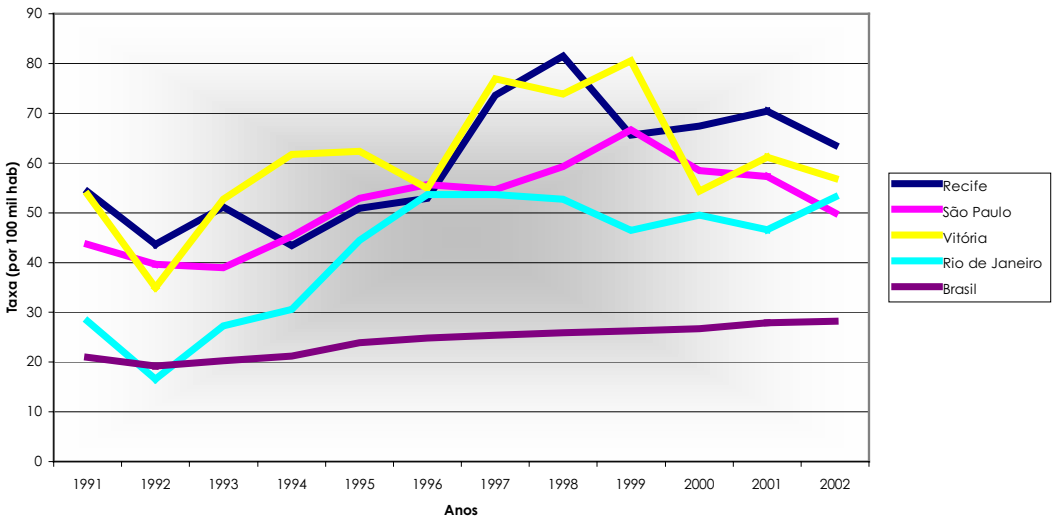
Quatro capitais de Estados brasileiros apresentam as mais elevadas taxas de mortalidade por homicídio: Recife, Vitória, São Paulo e Rio de Janeiro. Além dessas capitais, outras duas ostentam taxas também elevadas: Porto Velho e Cuiabá. Foram selecionadas para esta investigação as quatro primeiras capitais por terem configuração mais homogênea. Nas capitais do Sudeste sobressaem as mortes

decorrentes do narcotráfico, da formação de quadrilhas, dos grupos de extermínio e da criminalidade comum. Em Recife agrava-se a situação pelo plantio e venda da maconha e a violência gerada neste processo. Nas capitais do Norte e Centro-Oeste a dinâmica deve-se mais a conflitos de terra, áreas de garimpo, narcotráfico e tráfico de armas em região de fronteira (Souza, Lima & Veiga, 2005).

O homicídio é a principal causa de crescimento da mortalidade por violência no Brasil, especialmente entre os jovens. Em sua maioria, estes óbitos são causados por armas de fogo. No gráfico 1 verifica-se a relevância das taxas de óbitos por homicídios nas capitais estudadas, de 1990 até 2002, com valores muito superiores à observada para o país.

Gráfico 1

Evolução Temporal da Taxa de Homicídio em quatro capitais e Brasil, segundo ano de ocorrência (1991-2002)



Fonte: Sistema de Informação de Mortalidade – Ministério da Saúde

Neste gráfico nota-se que Recife e Vitória têm um incremento significativo entre 1997 e 1998 (entre 73,6 e 81,5 por cem mil habitantes), reduzindo as taxas nos anos seguintes, embora com índices muito mais elevados que o do país. São Paulo tem seu ápice entre 1998 e 2000 (entre 58,5 e 66,7 por cem mil habitantes), quando também começa a reduzir a taxa de mortalidade por homicídios. As taxas de homicídio da cidade do Rio de Janeiro crescem no começo do período, mantendo-se em valores relativamente estabilizados de 1996 até 2002 (entre 46,6 e

66,7 por cem mil habitantes), embora com taxas inferiores as das demais cidades em quase todos os anos estudados.

Para o Brasil a situação é distinta, com taxas oscilando entre 19,2 em 1992 e 28,2 por cem mil habitantes em 2002.

As mortes por homicídios expressam apenas uma pequena parcela da violência brasileira, mas sobre elas está um grande foco de interesse da sociedade e da mídia, que em primeira mão, associam violência à criminalidade e morte. Essa foi outra razão pela qual utilizou-se a taxa de mortalidade por homicídio como critério de seleção das cidades, visando assim compreender como se coloca a imprensa situada em cidades com tal agravamento da violência, a respeito da atuação da polícia - o principal agente de segurança do Estado.

Contexto das polícias – breve panorama

Dados consolidados pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP, 2005) a partir de informações das Secretarias Estaduais de Segurança Pública , indicam que em 2003, havia no Brasil um total de 580.690 efetivos entre policiais Civis, Militares, Técnicos e Bombeiros, para uma população de 176.876.251 habitantes.

- *Espírito Santo:* havia um total de 11.462 efetivos, sendo que 3.324 eram Policiais Civis, 7.257 Policiais Militares, 266 da Policia Técnica;
- *São Paulo:* havia 125.782 de efetivos, sendo que 32.623 eram Policiais Civis, 79.812 Militares e 3.877 Técnicos;
- *Rio de Janeiro:* do total informado de efetivos (72.677 policiais), 11.230 faziam parte da Polícia Civil, 48.774 pertenciam à Polícia Militar e 1.160 efetivos à Polícia Técnica;
- *Pernambuco:* havia um total de 26.282 efetivos, estando 4.418 na Policia Civil, 18.927 na Policia Militar e 971 na Policia Técnica.

Os mesmos dados de 2003 mostram a relação habitantes/efetivo nos estados. Para uma população de 3.250.205 de pessoas, no Espírito Santo havia uma relação de 978 hab. por policial civil, 448 por policial militar e 12219 por policial técnico. Em São Paulo, para um total de 38.709.339, a relação habitantes/efetivo era de 1187 para Polícia Civil, 485 para Polícia Militar e 9984 para Polícia Técnica. No Rio de Janeiro, para um total de 14.879.144 habitantes esta relação estava em 1325

habitantes para Polícia Civil, 340 para Polícia Militar e 12.827 para Polícia Técnica. Em Pernambuco, num total de 8.161.828 de habitantes, tem-se a relação habitantes/efetivo de 1847 para Policia Civil, 431 para Polícia Militar e 8406 para Polícia Técnica (SENASP, 2005).

Comparativamente, o número de efetivos da Polícia Militar por habitante no *Espírito Santo* está na mesma faixa de *São Paulo*: 445 a 502 habitantes/PM. No que tange à Policia Civil, esta equiparação se repete, estando os dois estados na faixa de 1.478 a 2.172 habitantes/PC. *Pernambuco* se encontra na faixa de 363 a 445 habitantes/PM e 1478 a 2172 habitantes/PC. O *Rio de Janeiro* está na faixa de 1191 a 1478 habitantes/PC e 137 a 363 habitantes/PM e, comparada aos outros estados esta última é a menor relação (SENASP, 2005a; SENASP, 2005b).

Algumas pesquisas recentes têm procurado traçar um perfil mais aprofundado das corporações policiais, seus *modus operandi*, expectativas e propostas para uma mudança, em consonância com os debates sobre segurança pública que estão em curso no país.

Em relação à temática da violência, da organização das corporações, de uma necessidade e busca de mudanças corporativas, Bengochea *et al* (2004) elencam alguns eixos pelos quais seria possível uma outra polícia em uma sociedade democrática: mudanças nas políticas de qualificação profissional, programas de modernização e mudanças estruturais e culturais que discutam questões centrais das polícias. Nesse novo contexto, a democracia exige justamente uma função policial protetora dos direitos dos cidadãos em ambientes de conflitos e não apenas a garantia da ordem pública, sustentada em ações repressivas, já que estudos têm mostrado que aproximadamente 70% das intervenções policiais não são na área policial, mas sim na social.

Neste sistema de segurança almejado, não apenas a polícia seria responsável, mas também o Judiciário, o Ministério Público e a sociedade em geral; é necessário um trabalho conjunto e integrado, objetivando uma polícia cidadã e não corporativista.

O estudo exemplifica iniciativas inovadoras como a experiência da Brigada Militar no Rio Grande do Sul, que começou um processo interno de formação, tanto operacional, como técnico, que sedimentou conteúdos, para além de mudanças de governos e políticas. Como referência-padrão de ações, a Brigada se responsabiliza pelo acompanhamento, a negociação, a mediação, além de envolvimento na resolução dos problemas de outras esferas, como o Ministério Público e a Justiça.

Um estudo realizado no estado de Goiás, (Guimarães *et al,* 2005) visando investigar a adesão, ou não, de policiais militares em ações extrajudiciais em relação ao combate à violência propõe pensar a formação da categoria como um importante fator. Os autores destacam um posicionamento individual, favorável à luta pelos direitos humanos e contra o autoritarismo, que, entretanto, não influencia diretamente a adesão acima referida. Destaca, contudo, que aqueles policiais mais tolerantes em relação às minorias sociais e mais favoráveis à democracia, discordam das ações policiais extrajudiciais, justificando tal atitude nos princípios da liberdade e igualdade – princípios básicos da democracia. Com base nesses resultados, as autoras ressaltam a importância de cursos continuados sobre Direitos Humanos, valores democráticos, nas corporações policiais, e outros

A questão da formação deve tratar, mais do que tudo, da desconstrução de paradigmas de pensamento e ação dos policiais já atuantes. Essa formação, numa perspectiva democrática, fundamenta-se em três premissas: "(a) a política de emprego da polícia, em uma sociedade democrática, é parte da política geral de Direitos Humanos; b) a polícia é um serviço público para proteção e defesa da cidadania; c) o fundamento da autoridade policial é sua capacidade de administrar conflitos" (Lima, 2002: 214).

Estudo sobre as representações da violência dos policiais civis (Anchieta & Galinkin, 2005) focaliza as experiências desses profissionais no exercício de suas funções. Segundo o estudo, muitos destes profissionais condenam a violência e a arbitrariedade cometida por seus pares. Preocupam-se, dessa forma, com a construção de imagens negativas generalizadas que geram desrespeito da população para com a corporação policial. No entanto, focalizam na população pobre, a responsabilidade pela prática de atos ilegais e crimes violentos, criando também uma imagem estereotipada desse grupo.

Dados de pesquisa sobre o sistema de Justiça no Brasil, que procurou ouvir a opinião de delegados de polícia a respeito dos problemas que afetam a instituição (Sadek & Arantes, 2003) mostram que esses profissionais (aproximadamente três quartos dos entrevistados) consideram que para um bom desempenho da função de delegado é preciso ter capacidade de preparar inquéritos bem circunstanciados, o saber jurídico, a competência técnica para um trabalho de investigação, e, trabalhar em equipe.

Dentre os fatores elencados como obstáculos ao bom funcionamento da Policia Civil, os entrevistados destacam: a falta de empenho governamental na implementação de políticas de segurança, a interferência política na cúpula da

instituição e a ocupação do cargo de Secretário de Segurança por leigos em segurança pública.

Os entrevistados consideraram positiva a promulgação da Lei Orgânica Nacional da Polícia Civil (82,6%); a eleição de delegado geral pelos integrantes da carreira (77.9%); a definição de critérios objetivos para a promoção; e, a ocupação de cargos de direção (77,7%). A proposta que prevê o controle externo da atividade policial pelo Ministério Público, porém, é rejeitada por 78,6% dos delegados entrevistados, que a consideram "pouco importante" ou "sem importância" para melhorar o funcionamento da Polícia Civil.

No mesmo estudo, algumas propostas para melhorar a segurança pública, apresentadas para os policiais, receberam expressivo apoio como: implementação de conselhos comunitários de segurança; criação de grupos especiais na polícia para o combate do crime organizado; e maior fiscalização sobre as empresas de segurança privada. Contudo, em relação às propostas de unificar as Polícias Civil e Militar e de fortalecimento de ouvidorias de polícia, os entrevistados apresentaram resistência.

Por fim, destaca-se que os delegados acreditam que a imagem negativa da Polícia Civil é formada principalmente pelas acusações de corrupção (77,5%), além da exploração sensacionalista pelos meios de comunicação, conforme apontado em estudos citados anteriormente, e do tratamento dispensado à população e à violência policial.

Dentre as mudanças que vêm sendo implementadas na área de segurança pública, estão as experiências de policiamento comunitário, como forma de prevenção à criminalidade e de aproximação com as comunidades que vivem em áreas especiais. Estudos de Mesquita Neto (2004) e Minayo *et al* (2004), que buscam avaliar as experiências de policiamento comunitário, apontam que a liderança exercida pelos chefes de polícia é um fator fundamental para a implantação e consolidação das mesmas.

Em São Paulo, desde 1985, vem sendo criados conselhos comunitários de segurança, reunindo regularmente responsáveis pela Polícia Civil e Militar e representantes de comunidades.

Mesquita Neto (2004) relata que várias iniciativas locais de mudanças organizacionais, que apontavam na direção do policiamento comunitário, foram criadas e divulgadas a partir da década de 90. As experiências de Bauru e Ribeirão Preto são freqüentemente citadas. Em 1993 a Polícia Militar de São Paulo elaborou,

através de um conselho geral da comunidade, um projeto para a implantação do policiamento comunitário. Em 1997 foi criada a comissão de assessoramento para a implantação do policiamento comunitário, que, reestruturada em 2000, passou a chamar-se "Comissão Estadual de Polícia Comunitária". No mesmo ano, também foi criado o Departamento de Polícia Comunitária e Direitos Humanos, ambos vinculados ao Comando Geral da Polícia, objetivando aperfeiçoar e intensificar o processo de implantação do policiamento comunitário no Estado. Parcerias internacionais foram realizadas pelo estado de São Paulo, através das quais, policiais civis e militares realizaram visitas ao Canadá, e vice-versa, trocando informações e experiências na área do policiamento comunitário e do controle externo da polícia. Também a PM de São Paulo realizou intercâmbio com a polícia do Japão, visando o mesmo objetivo. Os bons resultados do policiamento comunitário foram atribuídos pelos coronéis entrevistados no estudo de Mesquita Neto (2004) ao empenho de lideranças e grupos da PM, com o apoio de organizações e grupos da sociedade civil. Entretanto, algumas dificuldades foram apontadas, como a falta de apoio da polícia civil e de instâncias do governo estadual, municipal e federal. Também foram apontadas dificuldades internas na própria Polícia Militar, como a da gestão da organização, particularmente para planejar, implementar, monitorar e avaliar uma mudança organizacional. O autor destaca a necessidade de aprofundar a razão pela qual a PM implementa "de forma paralela e quase segregada os processos de implantação do Policiamento Comunitário e da gestão pela qualidade" (Mesquita Neto, 2004:110).

No que tange à Guarda Municipal, a Secretaria de Segurança de São Paulo informa que nos últimos anos, diante do aumento da criminalidade e da violência, os governos municipais do Estado passaram também a constituir e fortalecer as guardas municipais e a reivindicar a mudança da Constituição Federal para estender às guardas municipais o poder de polícia, que atualmente é prerrogativa das polícias federais e estaduais. No Estado, 176 municípios tinham guardas municipais em 1997. Na Região Metropolitana de São Paulo, 23 dos 39 municípios tinham guardas municipais em maio de 2001.

No Estado de São Paulo foi criado o Fórum Metropolitano de Segurança Pública (Mesquita Neto & Ricardo, 2005), organização informal que congrega 39 municípios do Estado, juntamente com especialistas em diversas áreas, representantes da sociedade civil, dos governos estadual e federal para discutir, propor e apoiar ações para reduzir a violência na região metropolitana do Estado. O Fórum objetiva produzir e disseminar informações sobre o problema da violência na região e as

políticas, programas e ações capazes de prevenção. Visa também estimular a participação das prefeituras no debate e implementação de políticas municipais de segurança pública com a colaboração da sociedade civil, universidade e setor privado no desenvolvimento e sustentação de estratégias preventivas de resolução da violência social ou situacional.

Sobre a percepção da população em relação à polícia, O Cesec – Centro de Estudos de Segurança e Cidadania do Rio de Janeiro, em 2004, conclui que apesar da população em sua maior parte, aprovar as *blitze*, "quase metade avalia a PM fluminense como pouco ou nada eficiente e considera que ela tem pouco ou nenhum respeito aos cidadãos, sendo-lhe atribuída a menor nota quando comparada a outras corporações policiais. Além disso, 68% classificam-na como muito corrupta e 57% como muito violenta" (Ramos & Musumeci, 2004:5). A pesquisa aponta ainda o fato das abordagens a veículos nas blitze e a transeuntes não terem se baseado em critérios de fundadas suspeitas, expressando um caráter seletivo na escolha dos elementos "suspeitos" e o tratamento dado a eles pela polícia. Essa seletividade é norteada por critérios subjetivos e intuitivos, não regulados institucionalmente, indicando uma abordagem discriminatória, mais violenta e coercitiva, dirigida principalmente a jovens negros e pobres.

Pensando alternativas de melhoria das relações entre polícia e comunidades pobres no Rio de Janeiro, foi criado o GPAE (Grupamento de Policiamento em Áreas Especiais), através de parceria entre a Secretaria de Segurança Pública, Organizações Não Governamentais (ONGs) e Igreja. Foi implantado um projeto piloto em 2000, nas Comunidades dos Morros Pavão / Pavãozinho e Cantagalo.

No Estado do RJ a discussão sobre o policiamento comunitário teve início em 1993. Pesquisa do CLAVES/Viva Rio que avaliou o GPAE no Rio de Janeiro, aponta para algumas conclusões estratégicas que demonstram certo risco de eliminação ou desvirtuamento de sua proposta original. As primeiras conclusões apontam: o GPAE ainda não se institucionalizou como uma unidade diferenciada da PM; que o apoio das lideranças e da população local ainda é muito reticente; que ele perde seu sentido ao ser tratado apenas com atividade policial, sem incluir os pré-requisitos necessários ao seu sucesso, inclusive gerando mais insegurança nas favelas (Minayo, Souza, Njaine *et al*, 2004)

Outro estudo realizado pelo CLAVES, sobre a polícia civil do Rio de Janeiro (Minayo & Souza, 2003) discute e analisa suas condições de trabalho, de saúde e qualidade de vida destaca a necessidade de investimento institucional para esse grupo, além

do incentivo e estímulo para que esse sujeito social exerça com qualidade sua função.

No Estado do Espírito Santo, informações oficiais da Secretaria de Segurança Pública destacam ações de integração, interação e valorização do profissional como um importante fator na articulação da área de segurança com a comunidade, sociedade civil organizada, Associações de Classes, Sindicatos, Órgãos Públicos e seus operadores.(www.sesp.es.gov.br)

Essas se concretizam em iniciativas sociais das policias capixabas através de diversos projetos como, por exemplo, o PROERD e o Projeto Recreio no Quartel. Este, criado em 2003, "ostenta-se como uma iniciativa do Comando Geral da Polícia Militar com o objetivo de valorizar as parcerias comunitárias essenciais para a construção da cidadania em nossa sociedade. A aproximação recíproca entre polícia e comunidade é vista como uma das principais ferramentas sociais para a sedimentação do respeito entre policiais e cidadãos. O projeto tem a finalidade de apresentar às crianças, de forma interessante e divertida, as principais atividades desenvolvidas pela polícia militar na proteção e auxílio da nossa sociedade, aproximando o público infantil e valorizando a imagem da corporação nos diversos segmentos sociais." (www.pm.es.gov.br)

Outra iniciativa de aproximação comunidade/polícia, encontra-se exemplificada na página eletrônica do NEVI (Núcleo de Estudo, Pesquisa e extensão sobre Violência Segurança Pública e Direitos Humanos) através de notícia sobre o programa de Curso de Extensão intitulado "Formação de Multiplicadores e Lideranças em Política Comunitária interativa", em parceria com a Polícia Militar, Polícia Civil e Ministério da Justiça/PNSP. O curso contou com um total de Total de 544 alunos e durou de 08/12/2000 à 16/07/2001.

Em relação à Polícia Civil do Espírito Santo, Brito e Souza (2004) relatam que, no decurso de sua história, ela assumiu atribuições de guarda nacional, de serviços de trânsito, de polícia marítima e aérea e até 1960, de polícia judiciária. Após a criação da secretaria de segurança do Espírito Santo em 1967, coube à Polícia Civil o exclusivo papel de polícia judiciária. Os autores destacam que, em relação à esfera política, no Estado, há uma percepção negativa dos policiais em relação aos investimentos de segurança pública, na polícia civil e em relação à interferência política no trabalho policial. Os policiais civis desse estudo destacaram a pouca quantidade e baixa freqüência de oferta de cursos (57,9%) e a inadequação dos critérios utilizados para a seleção de alunos para a academia de polícia (62%). As percepções dos policiais indicam, ainda, que a polícia age em primeiro lugar pra

atender os interesses das classes políticas dominantes e dos delegados (51,9%). “Assim, quando sugerem que a polícia deveria aproximar-se do judiciário e se desvincular administrativamente do executivo, (40%), sinalizam que os interesses políticos de classe interferem na qualidade, no teor, e na efetividade de suas ações, em detrimento de suas responsabilidades legais e sociais em relação à democracia” (p.318).O estudo conclui que esses elementos atuam como obstáculos para a implantação e a manutenção do Estado de direito no Espírito Santo.

Além das dificuldades institucionais, a polícia capixaba também é citada como agente de violência no Espírito Santo, em pesquisa que traça o perfil dos homicídios cometidos naquele Estado e que foram noticiados nos jornais A Gazeta e A Tribuna no período do 1994-2002 (Zanotelli *et al*, 2004). O estudo baseia-se no Banco de dados sobre violência (BDV), instrumento criado pelo Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH). Além de serem fornecedores de dados para a fonte do estudo, as Policias Militar e Civil são citadas como agentes da violência. Apesar de ser relatada uma falta de informação sobre os agentes da violência em mais de 50% das notícias, o estudo ressalta que as ações policiais acarretaram a morte de 276 pessoas em nove anos. É apontada uma provável conivência de parte do poder público com os atos, muitas vezes ilegais, dos policiais em serviço ou não.

No Estado de Pernambuco, segundo informações oficiais da Secretaria de Defesa Social (www.sds.pe.gov.br), a experiência de Policiamento Comunitário tem procurado estabelecer parcerias com outros setores e com a sociedade em geral. O Programa Caravana da Paz promove palestras com educadores e escolares das comunidades. A ação conta com a parceria das Prefeituras Municipais, Tribunal de Justiça do Estado, Departamento de Estrada de Rodagem, Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania, Banco do Brasil e Secretaria Estadual de Saúde. Essa experiência visa apresentar à comunidade uma perspectiva alternativa sobre a polícia, tentando desmistificar a imagem dessa instituição apenas como combativa e repressiva, promovendo a aproximação da comunidade com os agentes de segurança, através da prevenção à violência e do resgate à cidadania.

Pesquisa sobre a polícia civil no Estado de Pernambuco (Zaverucha, 2003) investiga os mecanismos internos dessa corporação e as práticas que a levam a ser ineficiente. Quatro pontos são destacados: (1) práticas policialescas; (2) relação entre polícia e política eleitoral; (3) inquérito policial; (3) falência da polícia Técnica-Científica. As práticas policialescas caracterizam-se por serem ações policiais ilegais, aéticas ou atécnicas que contam, segundo o autor, com a conivência dos órgãos de comunicação, pois o interesse principal da mídia seria divulgar o fato

para garantir audiência. O policial também lucraria com esse tipo de comportamento midiático ao ganhar notoriedade junto à opinião pública, à mídia e à instituição policial. O autor, aponta, baseado em informações da imprensa e entrevistas, para uma problemática já referida acima por Brito & Souza (2004), sobre como a interferência política orienta o trabalho policial; a nomeação de delegados, ou o afastamento destes; o arquivamento de um inquérito policial, ou a omissão na sua construção; o envolvimento de policiais na política eleitoral; a troca de favores policiais em troca de votos; e o controle político do sindicato dos policiais civis por um único partido político por uma década. Sobre a polícia científica destaca que ela é ineficiente e que a eficiência policial não se faz apenas com mais viaturas e armas. A atuação desta polícia em Pernambuco seria diametralmente oposta às reais necessidades do Estado, já que a atuação destes peritos se faz necessária em uma série de ocorrências, desde a identificação de um indivíduo à investigação de um homicídio. São elencados ainda dados empíricos que, segundo o autor, mostram a necessidade de reformar a instituição Policial Civil, que tem o monopólio da investigação no sistema estadual de polícia. No estado de Pernambuco a Polícia Civil também é a polícia judiciária portanto, "sua maior capacidade de atender a demanda da sociedade requer não apenas a aquisição de novas viaturas, a contratação de mais policiais, melhor treinamento, envolve também um judiciário ágil, um Ministério Público atuante e um Legislativo que aprove leis penais modernas" (Zaverucha, 2003: 170).

OBJETIVOS

a) identificar, descrever e analisar as representações sociais e percepções coletivas das organizações policiais e seus operadores na mídia escrita das capitais: Rio de Janeiro (O Globo e O Povo), São Paulo (Folha de São Paulo e Diário Popular), Vitória (Gazeta e A Tribuna) e Recife (Diário de Pernambuco e Folha de Pernambuco);

b) comparar as imagens sobre as organizações policiais e seus operadores veiculadas em jornais dirigidos aos estratos populares e médios/altos;

c) distinguir, sempre que possível, a imagem disseminada pela mídia segundo as diferentes unidades que compõem a organização policial: Polícias Civil, Militar e Federal;

d) efetuar propostas para uma mudança de enfoque da relação polícia *versus* sociedade e a mídia. As imagens aqui referidas são compreendidas como textos enquanto construções sociais.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo quanti-qualitativo sobre a imagem da polícia na mídia escrita. No estudo quantitativo foram analisadas 2851 matérias jornalísticas publicadas na imprensa escrita, publicadas nos meses de outubro e novembro de 2004. Para o estudo qualitativo, foram selecionadas 234 matérias classificadas como negativas e positivas em relação à atuação policial. Foram pesquisados oito jornais das quatro capitais brasileiras com elevadas taxas de homicídios: São Paulo; Rio de Janeiro; Recife e Vitória (tabela 1).

Tabela 1: Jornais analisados referentes aos meses de outubro e novembro de 2004

JORNAIS	OUTUBRO	NOVEMBRO	TOTAL
O Povo – RJ	321	299	620
A Tribuna – ES	318	216	534
O Globo – RJ	222	227	449
Diário de São Paulo	212	228	440
A Gazeta – ES	144	119	263
Folha de Pernambuco	111	146	257
Folha de São Paulo	84	82	166
Diário de Pernambuco	67	53	120
Total	1479	1370	2849*

* Há duas notícias que não estão com o mês definido.

O critério de seleção das matérias jornalísticas é o relato da existência de qualquer tipo de atuação das organizações policiais e de seus operadores. No trabalho empírico e operacional sobre as mensagens veiculadas, buscou-se diferenciar os seguintes aspectos: (a) a contextualização da instituição policial; (b) as diferentes representações dos atores envolvidos nas ações policiais e as formas de abordagem pelos jornais; (c) as idéias mais recorrentes atribuídas pelos periódicos, como motivos para as ações e as interpretações sobre as conseqüências das mesmas.

A aquisição dos periódicos referentes aos meses de outubro e novembro de 2004 seguiu os seguintes procedimentos:

- *Rio de Janeiro:* os jornais O Globo e O Povo foram adquiridos diretamente nas redações desses periódicos. Ficaram faltando para compor o acervo dos meses analisados dois dias do jornal O Globo;

- *São Paulo:* o jornal Folha de São Paulo foi adquirido diretamente na sucursal da Folha no Rio de Janeiro através de doação. O jornal Diário de São Paulo foi adquirido diretamente na redação do periódico na capital paulista e através de compras em bancas; faltaram dois dias da Folha para completar o acervo dos meses analisados;

- *Recife:* os jornais Diário de Pernambuco e Folha de Pernambuco foram adquiridos diretamente nas redações dos respectivos periódicos em Recife, através de compras;

- *Vitória:* os jornais A Gazeta e A Tribuna foram adquiridos diretamente nas redações dos respectivos periódicos em Vitória, através de compras. Ficou faltando no acervo um dia do jornal A Gazeta.

A clipagem dos materiais selecionados foi realizada entre dezembro de 2004 e maio de 2005. As notícias foram sendo recortadas, categorizadas e organizadas em *clipping* que constituíram o acervo analisado. Foram elaboradas fichas para colagem das notícias, organizadas através de um cabeçalho com o nome do jornal, página, data e título da notícia (anexo 1).

Para a *abordagem quantitativa* foi elaborado um questionário composto por três blocos de análise: identificação do material; caracterização da matéria jornalística; tratamento/linguagem atribuída ao policial e às corporações (anexo 2). O instrumento quantitativo foi testado durante uma semana para corrigir possíveis erros. Após as correções finais que surgiram do pré-teste, foram impressos em gráfica 3030 questionários.

O treinamento da equipe de análise foi realizado pelas coordenadoras da pesquisa com os profissionais responsáveis pela análise das matérias durante uma semana. Também foram realizados treinamentos com os codificadores e digitadores.

A próxima etapa foi a de preparação da máscara e processamento dos dados quantitativos. Foi utilizado o programa EpiData 3.1 para a entrada dos dados em computador e para a análise foi utilizado o software SPSS (Versão 10.0), visando gerar análise de freqüências, cruzamentos de variáveis e testes de associações estatísticas. Durante o processamento foi realizada uma crítica do banco, sorteando aleatoriamente 5% do número total de questionários, ou seja, 143 questionários a serem revisados segundo erros de digitação. Na crítica de erros de digitação, encontrou-se 14% dos questionários com pelo menos um erro de digitação e média de 1,8 erros por questionário selecionado para crítica. O banco

de dados compõe-se de 369 variáveis, com 7,1% apresentando ao menos um erro de digitação.

Para consolidação de um banco de dados mais consistente, realizou-se análise das respostas que poderiam trazer inconsistências na etapa de análise dos dados. Desse modo, 191 questionários (6,7% do total) foram selecionados nessa etapa e as suas respostas corrigidas segundo consulta às reportagens e aos responsáveis por seu preenchimento e codificação. Após a maioria dos erros terem sido corrigidos contabilizou-se uma média de 2,3 erros/questionário. A fase de crítica de dados demonstra que apesar do grande volume de análises necessárias nas 2851 reportagens e a posterior codificação e digitação realizada em tempo ínfimo, o processo apresenta um banco de dados consistente, podendo realizar a análise de dados.

A análise quantitativa baseou-se em análise exploratória dos dados, através de freqüências e cruzamentos, onde testes de independência como o Qui-quadrado de Pearson ou Teste de Fisher no caso bidimensional demonstram a existência de relações de dependência entre as variáveis estudadas, para possíveis afirmações sobre as porcentagens. O nível de significância utilizado para demonstrar a existência de relações foi o nível de 5%, portanto *p-valores* abaixo desse nível demonstram a não existência de casualidade no cruzamento, ou seja, o comportamento do objeto é diferenciado segundo a resposta.

Para a *análise qualitativa* foram recortadas matérias que representavam uma imagem positiva ou negativa do policial ou da corporação, identificadas através da análise do instrumento quantitativo. As notícias foram escaneadas e organizadas através do programa americano AnSWR 6.0. Foram selecionadas 234 matérias jornalísticas, referentes ao mês de novembro de 2004, e que representavam aspectos negativos e positivos das ações policiais. Foi realizada uma análise temática a partir do método de análise de conteúdo (Bauer & Gaskell, 2002).

Caracterização dos jornais

As principais características dos oito jornais analisados podem ser constatados na tabela 2, em que se verificam informações como: seções onde são publicadas; tiragem; circulação; público-alvo; custo unitário e custo de assinatura. Buscou-se também, quando possível, ilustrar a descrição dos jornais com um pouco de suas respectivas histórias, de sua formação, sobre como surgiram, etc.

Dos oitos jornais pesquisados, tem-se que a cada dois jornais de cada capital, um é dirigido aos estratos sociais médios e elevados e outro aos estratos populares. Esse direcionamento a públicos diferentes pode ser aferido pelo valor cobrado pelo periódico diariamente/mensalmente, por seu lay-out que dispõe de fotografias e manchetes mais apelativas e/ou informativas e pela definição e classificação de suas seções, por exemplo.

Tabela 2: Informações sobre os jornais analisados

JORNAL	CIRCULAÇÃO PAGA	TIRAGEM TOTAL	PREÇO EXEMPLAR Domingo	Dias úteis	PREÇO ASSINATURA	FORMATO	GRUPO EMPRESARIAL	SEÇÃO
SÃO PAULO								
Folha de São Paulo	304.389	332.539	R$3,50	R$2,20	R$478,00	Standard	--	Cotidiano
Diário de São Paulo	74.789	101.303	R$2,50	R$1,30	R$384,00	Standard	Globo	São Paulo
RIO DE JANEIRO								
O Globo	268.813	296.410	R$3,00	R$2,00	R$514,00	Standard	Globo	Rio
O Povo	-	32.000	R$ 0,70	R$ 0,70	Não tem	Standard	nenhum	Polícia
ESPÍRITO SANTO								
A Gazeta	26.414	31.784	R$ 2,00	R$1,50	R$ 381,60	Standard	Globo	Cidade
A Tribuna	47.183	52.326	R$ 1,50	R$ 1,00	R$ 345,00	Tablóide	--	Polícia
PERNAMBUCO								
Diário de Pernambuco	37.424	32.137	R$3,00	R$ 1,50	R$ 625,50	Standard	Grupo Associados	Vida urbana
Folha de Pernambuco	30.068	36.223	R$ 1,00	R$ 1,00	R$ 365,00	Standard	nenhum	Polícia

Na análise dos dados trabalha-se, portanto, com dois grupos de jornais: voltados para as classes populares (estratos C, D e E) e para as classes médias e altas (estratos A e B). O critério para a definição desses grupos foi o preço do jornal e a denominação das seções. Os dois grupos ficaram assim criados:

- Jornais direcionados para as classes populares: Diário de São Paulo, Folha de Pernambuco, O Povo e A Tribuna;
- Jornais direcionados para as classes médias e altas: Folha de São Paulo, Diário de Pernambuco, O Globo e A Gazeta.

Os dados dos jornais – O Globo e O Povo, no Rio de Janeiro/RJ; Folha de São Paulo e Diário de São Paulo/SP, em São Paulo; A Gazeta e A Tribuna, em Vitória/ES; Folha de Pernambuco e Diário de Pernambuco, em Pernambuco/PE, foram obtidos através de páginas eletrônicas dos respectivos jornais, no órgão regulador Instituto Verificador de Circulação (IVC) e na Associação Nacional de Jornais (ANJ). Com exceção do jornal O Povo, que não possui página eletrônica e não consta como pertencente aos órgãos pesquisados, foi realizado um contato com a redação para obter alguns dados sobre esse veículo.

A ANJ é uma associação constituída por 123 sociedades jornalísticas de todo o país e mais duas sociedades colaboradoras. O quadro de associados da ANJ é constituído por empresas brasileiras, editoras de jornais, de circulação diária e paga, editados em língua portuguesa e para o público em geral, devidamente matriculadas como sociedades jornalísticas no respectivo registro.

O IVC trabalha com Auditoria de Circulação, idéia que surgiu pela primeira vez em 1847, por ocasião do conflito entre dois grandes jornais americanos: *New York Herald* e o *New York Tribune*.

Por meio de técnicas especializadas de auditoria o IVC apura a circulação de jornais e revistas a eles filiados. Hoje não se fala mais de circulação e tiragem de forma vaga e imprecisa - a circulação de publicações virou padrão de medida, como o metro. Surge o interesse de anunciantes e agências em conhecer não somente quantitativamente o público comprador das publicações, mas também outros dados demográficos que melhor caracterizem o perfil dos leitores dessas publicações.

No ranking dos maiores 30 mercados editoriais, segundo o Instituto de Verificação de Circulação (IVC), em agosto de 2005, os jornais estudados estão assim classificados: Folha de São Paulo (1° lugar); O Globo (3° lugar); Diário de São Paulo (13° lugar); A Tribuna (17° lugar); Diário de Pernambuco (28°); Folha de Pernambuco (30°). A Gazeta não consta nesta classificação dos maiores mercados editoriais do país.

Estes jornais mostram consolidação significativa em seus estados, vários deles existentes há várias décadas. O *Diário de Pernambuco* é o mais antigo jornal da América Latina - fundado em 7 de novembro de 1825 e a mais velha publicação do mundo editada em língua portuguesa. A *Folha de São Paulo* foi fundada em 1921, tornando-se na década de 80 o jornal mais vendido no país. Foi o primeiro veículo de comunicação do Brasil a adotar a figura do *ombudsman* e a oferecer conteúdo *on-line* a seus leitores. *A Gazeta* foi fundada em 11 de setembro de 1928 e é o único jornal do Espírito Santo a circular no formato standard, com divisão por

cadernos. Esse jornal tem um público concentrado nos estratos A e B da população (60%), sendo que os estratos C, D e E representam 40% dos leitores. O jornal *A Tribuna* foi fundado em 22 de setembro de 1938. Inaugurou um novo estilo de fazer jornal: manchetes em corpo enorme nas capas e páginas centrais e muitas ilustrações.

RESULTADOS

Um total de 2851 matérias foram analisadas considerando-se os meses de outubro e novembro de 2004. Dentre as 2851 notícias analisadas, os jornais que mais informaram sobre polícia foram O Povo (RJ), a Tribuna (ES), O Globo (RJ) e o Diário de São Paulo (SP). Considerando-se o total de notícias segundo o Estado, tem-se que o Rio de Janeiro contribuiu com 37,4% do total, seguido pelo Espírito Santo com 28%, São Paulo com 21,2% e Pernambuco com 13,2%.

Vale a pena destacar que os dois jornais com mais notícias policiais se dirigem prioritariamente aos estratos populares – O Povo, com uma média diária de dez notícias e A Tribuna, com quase nove (tabela 3). No pólo oposto tem-se que os dois que menos informam a respeito direcionam-se mais para as camadas altas e médias da população - Folha de São Paulo e Diário de Pernambuco, cada um com menos de 6% do total de matérias investigadas e quantidade inferior a 3 notícias diariamente.

Tabela 3: Distribuição proporcional das matérias segundo jornais

JORNAIS	N	%	MÉDIA DIÁRIA
O Povo – RJ	620	21,7	10,2
A Tribuna – ES	536	18,8	8,8
O Globo – RJ	449	15,7	7,6
Diário de São Paulo	440	15,4	7,2
A Gazeta – ES	263	9,2	4,4
Folha de Pernambuco	257	9,0	4,2
Folha de São Paulo	166	5,8	2,8
Diário de Pernambuco	120	4,2	2,0
Total	2851	100,0	46,7

No total, os oito jornais analisados publicaram uma média diária de 47 notícias policiais, apresentadas nas seguintes páginas e seções (tabela 4): 43,1% na seção policial, seguida pela que apresenta o cotidiano das cidades do Rio de Janeiro, São Paulo e outras cidades. Por outras seções tem-se especialmente o país (27,5%),

geral (24,5%), seguidas por outras partes de menor freqüência como política, esportes e economia.

Tabela 4: Distribuição proporcional das matérias segundo seções dos jornais

SEÇÕES (N=2850)	N	%
Polícia	1229	43,1
Rio	362	12,7
São Paulo	317	11,1
Cidade	221	7,8
Brasil	177	6,2
Cotidiano	163	5,7
Vida Urbana	61	2,1
Ultimas	17	0,6
Opinião	5	0,2
Outras	298	10,5

Jornais populares se destacam pela intensidade com que suas matérias policiais estão na seção "polícia" (66,3% das matérias policiais divulgadas por estes jornais), praticamente ausente nos jornais que se dirigem para as camadas médias e altas. Nestes últimos, as notícias estão mais distribuídas entre: "cidade" (21,4%), "cotidiano" (16,3%), "vida urbana" (6,1%; $p<.001$). A exceção que se comenta é o predomínio da seção "São Paulo", no jornal de camada popular daquele município e da seção "Rio", existente em jornal de camada elevada deste município.

Outro aspecto que norteia a análise das matérias policiais nos jornais estudados é o pouco nível de aprofundamento desses textos. Na tabela 5 vê-se que a maioria absoluta deles é descritiva dos fatos, não aprofundando para a população o conhecimento e nem a complexidade dos temas de segurança pública. Há um percentual de 15% de matérias analíticas e apenas 1,1% apresentam proposições para os problemas enfrentados.

Tabela 5: Nível de aprofundamento das matérias

NÍVEL DE APROFUNDAMENTO DAS MATÉRIAS (N=2848)	N	%
Descritiva	2667	93,5
Analítica	427	15,0
Propositiva	32	1,1

Dentre as matérias analíticas observou-se alguns excelentes exemplos da utilização de informações complementares que ampliam o entendimento das matérias, tais como: dados e análises estatísticas sobre ações policiais, contingente de efetivos e discussões sobre violência provenientes de outras instituições como centros de

pesquisas e órgãos públicos em geral; boxes contendo informações adicionais apresentando comentários de autoridades na área de segurança, de especialistas e da população; artigos legais, cronologias dos fatos, tabelas, gráficos e mapas; desenhos e ilustrações da cena policial, reconstituição de crimes, retratos falados. Essas matérias apresentam ainda diversas versões sobre o mesmo fato, citando várias fontes, direta ou indiretamente, como vítimas, policiais, suspeitos, representantes de órgãos públicos e da sociedade civil organizada, testemunhas, especialistas, etc.

Nas raras matérias propositivas, além desses elementos, encontrou-se sugestões para melhorias no campo da segurança pública por parte da população, de instancias governamentais, de órgãos públicos, de especialistas e da própria polícia.

Interessa destacar que as matérias analíticas predominam entre os jornais voltados para as camadas elevadas (17,1% contra 13,9%; $p<.05$). Todavia, dentre os populares destaca-se A Tribuna (23,2%) por apresentar muitas matérias neste sentido, junto com a Folha de São Paulo (20,5%). O Povo quase não apresenta matérias essas matérias mais aprofundadas (1,8%).

Abrangência das notícias

As principais cidades presentes nas matérias policiais são: Rio de Janeiro, Vitória e São Paulo, seguidas por cidades que compõem as regiões metropolitanas desses Estados, como Serra, Vila Velha e Cariacica (ES), Niterói, São Gonçalo, Duque de Caxias e Nova Iguaçu (RJ) e Diadema em São Paulo. Em Pernambuco, Recife e Jaboatão dos Guararapes destacam-se das demais. Cidades de outros estados e outras municipalidades destes quatro estados são também citadas, porém com menor intensidade.

As fontes de informação das matérias policiais podem ser vistas na tabela 6 a seguir. A Polícia Civil e os delegados dessa corporação são as duas fontes de informações mais freqüentemente utilizadas nos jornais. Como se pode perceber, a Polícia Técnica está muito pouco presente, refletindo a precária informação sobre a apuração técnico-científica ainda existente em nosso meio. A segunda principal

fonte de informação é a corporação militar e os policiais a ela afiliados. As demais forças de segurança são vozes muito pouco ouvidas nos jornais analisados.

Tabela 6: Fontes de informação das matérias policiais

FONTES DE INFORMAÇÃO DAS MATÉRIAS (N=2850)	N	%
POLICIAL		
Policial Militar	412	14,5
Policial Civil	258	9,1
Policial Federal	48	1,7
Policial Técnico	26	0,9
Guarda Municipal	19	0,7
Policial Rodoviário	9	0,3
Policial sem especificação	41	1,4
CORPORAÇÃO		
Polícia Civil	641	22,5
Polícia Militar	460	16,1
Polícia Federal	127	4,5
Polícia Rodoviária	21	0,7
Guarda Municipal	20	0,7
Polícia Técnica	16	0,6
Corporação policial sem especificação	212	7,4
OUTROS		
Delegado(a)	588	20,6
Outros	427	15,0
Testemunha(s)	273	9,6
Familiar(es) da vítima	255	8,9
Poder executivo	246	8,6
Vítima adulta	239	8,4
População em geral	139	4,9
Categoria profissional	130	4,6
Suspeito/acusado/criminoso	115	4,0
Poder judiciário	83	2,9
Representante do Ministério Público	68	2,4
Agência de notícias	67	2,4
Jornalista	51	1,8
Familiar(es) do suspeito/acusado/criminoso	44	1,5
Empresa privada	38	1,3
Órgão público	36	1,3
Outra mídia (TV, internet, etc.)	31	1,1
Especialista	30	1,1
Poder legislativo	28	1,0
Vítima criança/adolescente	22	0,8
Sociedade civil organizada	20	0,7
Forças armadas	20	0,7
Ong	18	0,6
Corregedor	18	0,6
Representante do Ministério da Justiça	17	0,6
Segurança privada	17	0,6
Universidades e centros de pesquisa	15	0,5
Órgão internacional	11	0,4
Delegacia de Proteção a Criança e ao Adolescente	6	0,2
Defensoria pública	2	0,1
Conselhos tutelares, de direitos	2	0,1

Outras fontes de informação relatadas em 15% das matérias policiais são algumas categorias profissionais tais como: comerciantes e vendedores, médicos, advogados,

profissionais que trabalham com o trânsito como taxistas e rodoviários, e professores e alunos. Os diretores costumam falar pelas empresas/instituições que dirigem. Dão ainda importante contribuição às matérias as testemunhas, as vítimas e seus familiares e o poder executivo.

Observando-se o grupo dos jornais mais populares em relação aos voltados para as camadas médias e elevadas, verifica-se distinção entre os dois grupos em relação a algumas fontes de informação: a) policial e corporação federal: jornais mais elitizados utilizam mais essa fonte de informação ($p<.001$); b) corporações militar e civil mais presentes nas mídias populares ($p<.05$); c) poder executivo: mais utilizado como fonte de informação pelos jornais mais elitizados (12,3% contra 6,6% nos mais populares; $p<.001$)

Presença das corporações policiais nas matérias

As corporações policiais que mais aparecem nas matérias são as Polícias Civil (60,9%) e Militar (52,5%), seguidas de forma bem distante pela Polícia Federal (tabela 7). Associando-se as matérias da Polícia Técnica à Civil, tem-se que há um numero similar de notícias policiais envolvendo Polícias Civil e Militar. As Forças Armadas, a Guarda Municipal e a Polícia Rodoviária estão entre as menos mencionadas na imprensa escrita. Nota-se que algumas matérias não são suficientemente claras ao especificar qual o tipo de polícia envolvida na ação descrita na notícia. Apenas leitores mais qualificados podem compreender a qual polícia a notícia se refere, através da análise das atividades específicas a cada corporação. Essa desinformação contribui para criar estereótipos comuns em relação a todas as polícias, construindo uma imagem de uma só unidade, distorcendo as diferenças existentes entre as corporações policiais.

Tabela 7: Corporações policiais presentes nas matérias

CORPORAÇÕES (N=2850)	SIM, DE FORMA CLARA	SIM, SUBENTENDIDO	TOTAL
Polícia Civil	56,0	4,9	60,9
Polícia Militar	50,5	2,0	52,5
Polícia Federal	10,7	0,5	11,2
Polícia Técnica	6,1	0,4	6,5
Forças Armadas	2,8	0,4	3,2
Guarda Municipal	2,5	0,4	3,0
Polícia Rodoviária	2,5	0,4	2,9
Corporação não identificada	5,3	0,4	5,7

Não se percebem diferenças estatísticas quanto a presença das variadas corporações nas notícias, segundo o tipo de jornal: mais elitizado ou popular. Duas exceções são notadas: há mais matérias sobre a Polícia Federal e as Forças Armadas nos jornais voltados para camadas mais elevadas (15,9% e 5,4%, seqüencialmente), em relação ao constatado nos jornais mais populares (8,6% e 1,9%, respectivamente; p<.001).

Notou-se ampla diferenciação entre os jornais (p<.001) segundo a corporação mais citada nas matérias. No que se refere a Polícia Militar, Folha de São Paulo (60,8%) e O Povo (59,5%) destacam muito mais essa corporação; no pólo extremo, que menos identifica essa corporação estão: Diário de São Paulo (43,0%) e Folha de Pernambuco (44,4%). Quanto a Polícia Civil, os dois jornais de Pernambuco destacam-se bastante no elevado percentual de notícias, próximo a 80% das matérias; os dois jornais de São Paulo sobressaem no extremo oposto: estão entre os que menos noticiam informações sobre essa polícia (em torno de 51%; p<.001). Informações sobre a Polícia Federal também se distinguem entre os jornais, com predomínio do Globo (22,3%); dentre os que menos noticiam estão O Povo (5,6%) e A Gazeta (7,2%).

Considerando-se a figura do policial, tem-se, na tabela 8 que os policiais militares são os mais mencionados, seguidos pelos civis. Os policiais federais, presentes em 114 matérias, são mais assíduos freqüentadores dos jornais mais voltados para as classes mais abastadas (6,4%), se comparados a escassa presença nos mais populares (2,7%; p<.001)

Tabela 8: Presença de policiais relatados nas matérias

POLICIAIS MENCIONADOS NAS MATÉRIAS (N=2849)	N	%
Policial Militar	992	34,8
Policial Civil	550	19,3
Policial Federal	114	4,0
Policial Técnico	46	1,6
Guarda Municipal	45	1,6
Policial Rodoviário	33	1,2
Policial sem especificação	74	2,6

Outros personagens apontados nas matérias

Além dos policiais e das corporações, outros personagens estão presentes nos textos sobre as ações policiais. Destacam-se, especialmente, os suspeitos/ acusados/ criminosos (75%) e as vítimas adultas (52,9%), como se observa na

tabela 9. Em posição bem menos destacada estão os delegados, familiares das vítimas, testemunhas das ações relatadas nas notícias, população em geral e o poder executivo. Todos esses atores estão mais presentes nos jornais voltados para as classes mais abastadas, mostrando a inserção do envolvimento maior de atores presentes no evento narrado ($p<.05$) e, possivelmente, um contexto mais complexo da narrativa ao apresentar mais versões e fatos diferenciados.

Tabela 9: Personagens presentes nas matérias policiais

ATORES MENCIONADOS NAS MATÉRIAS (N=2849)	N	%
Suspeito/acusado/criminoso	2137	75,0
Vítima adulta	1508	52,9
Delegado(a)	662	23,2
Familiar(es) da vítima	541	19,0
Testemunha(s)	445	15,6
População em geral	420	14,7
Poder executivo	375	13,2
Vítima criança/adolescente	285	10,0
Poder judiciário	272	9,5
Familiar(es) do suspeito/acusado/criminoso	207	7,3
Categoria profissional	206	7,2
Órgão público de segurança	152	5,3
Representante do Ministério Público	119	4,2
Forças armadas	77	2,7
Outra mídia (TV, internet, etc.)	76	2,7
Segurança privada	76	2,7
Delegacia de Proteção a Criança e ao Adolescente	72	2,5
Poder legislativo	68	2,4
Jornalista	60	2,1
Representante do Ministério da Justiça	58	2,0
Agência de notícias	56	2,0
Especialista	32	1,1
Sociedade civil organizada	31	1,1
Órgão internacional	25	0,9
Corregedor	22	0,8
Universidades e centros de pesquisa	18	0,6
Conselhos tutelares, de direitos	18	0,6
Defensoria pública	2	0,1

Dentre as categorias profissionais mencionadas em 7,2% das matérias estão: advogados, comerciantes/vendedores, médicos, motoristas/taxistas/rodoviários.

Alguns atores são pouco presentes nas matérias policiais, destacando-se órgãos cruciais como a Defensoria Pública, os Conselhos de Direitos e Tutelares e as Universidades.

Vozes atuantes nas matérias

Os atores que têm voz direta na matéria, informando sobre as ações narradas estão apresentados na tabela 10. Como se nota, os delegados e as vítimas adultas são os que mais se fazem atuantes nas notícias, seguido pelos policiais militares e familiares das vítimas. A utilização do policial como fonte principal da informação é bastante comum nas redações dos jornais, uma vez que muitos dos eventos não são cobertos diretamente nos locais. Algumas hipóteses podem ser aventadas sobre o uso de tal fonte: uma é que os repórteres não se exponham aos riscos da violência e outra é a questão do tempo disponível para cobrir os eventos distribuídos em várias partes das cidades. As falas de autoridades superiores como os delegados é comum por serem os porta-vozes mais autorizados a fornecer informações sobre os fatos e investigações. As falas das vítimas adultas e familiares muitas vezes são colhidas no próprio local do evento ou nas delegacias. Conforme observou-se nas narrativas das matérias, essas falas, muitas vezes impregnadas de sentimentos de medo, revolta, indignação, sofrimento e descrença na instituição policial, são ingredientes que mobilizam muitas emoções nos leitores.

Tabela 10: Personagens com voz direta nas matérias policiais

ATORES (N=2848)	N	%
POLICIAL		
Policial Militar	199	7,0
Policial Civil	70	2,5
Policial Federal	26	0,9
Guarda Municipal	15	0,5
Policial Técnico	13	0,5
Policial Rodoviário	4	0,1
Policial sem especificação	17	0,6
CORPORAÇÃO POLICIAL		
Polícia Militar	19	0,7
Polícia Civil	13	0,5
Guarda Municipal	3	0,1
Polícia Federal	5	0,2
Corporação policial sem especificação	7	0,2
OUTROS		
Delegado(a)	374	13,1
Vítima adulta	221	7,8
Familiar(es) da vítima	185	6,5
Suspeito/acusado/criminoso	119	4,2
Poder executivo	118	4,1
Categoria profissional	99	3,5
População em geral	95	3,3
Testemunha(s)	92	3,2
Poder judiciário	48	1,7
Familiar(es) do suspeito/acusado/criminoso	37	1,3
Órgão público de segurança	34	1,2
Representante do Ministério Público	31	1,1

Especialista	24	0,8
Vítima criança/adolescente	20	0,7
Sociedade civil organizada	15	0,5
Poder legislativo	15	0,5
Jornalista	14	0,5
Forças armadas	9	0,3
Representante do Ministério da Justiça	8	0,3
Segurança privada	7	0,2
Corregedor	6	0,2
Universidades e centros de pesquisa	5	0,2
Órgão internacional	5	0,2
Outra mídia (TV, internet, etc.)	2	0,1
Defensoria pública	1	0,1
Delegacia de Proteção a Criança e ao Adolescente	1	0,1
Conselhos tutelares, de direitos	1	0,1

Além de ter uma voz mais ou menos atuante na notícia, os personagens aparecem ora como protagonistas da ação, ora como coadjuvantes. Esse destaque que é dado a esses personagens também compõe a forma como são construídas essas narrativas, que evidenciam a posição do personagem na cena do evento. Protagonistas e coadjuvantes se alternam na cena de acordo com a importância dos mesmos nos acontecimentos. Não necessariamente protagonistas e coadjuvantes têm voz direta nas matérias.

Na tabela 11 vê-se que o papel de protagonista é dado mais para os suspeitos/acusados/criminosos e vítimas adultas e crianças/adolescentes, principais atores do texto narrado. Das corporações aparecem como relevantes o papel da Guarda Municipal e da Polícia Federal. Dentre os que menos protagonizam matérias estão Polícia Técnica e Rodoviária. Alguns títulos de matérias dão essa noção: "Bandidos ameaçam lojistas na Praia do Suá", "Estudante é baleado e pode ficar paraplégico", "Sobrinho mata tio", "Polícia Federal prende uma quadrilha acusada de armar o tráfico".

Tabela 11: Protagonistas e coadjuvantes nas notícias

RELEVÂNCIA DOS ATORES NAS MATÉRIAS (N=2850)	PROTAGONISTA	COADJUVANTE
POLICIAIS		
Guarda Municipal	50,0	50,0
Policial Militar	40,8	59,2
Policial Federal	25,2	74,8
Policial Rodoviário	23,3	76,7
Policial Civil	18,2	81,8
Policial Técnico	12,8	87,2
Policial sem especificação	33,3	66,7
CORPORAÇÕES		
Polícia Federal	48,1	51,9
Guarda Municipal	42,0	58,0
Polícia Militar	25,7	74,3
Polícia Civil	13,2	86,8

Polícia Rodoviária	10,5	89,5
Polícia Técnica	4,8	95,2
Corporação policial sem especificação	22,8	77,2
OUTROS		
Suspeito/acusado/criminoso	74,4	25,6
Vítima adulta	70,2	29,8
Familiar(es) da vítima	15,7	84,3
Testemunha(s)	11,8	88,2
Vítima criança/adolescente	69,8	30,2
Familiar(es) do suspeito/acusado/criminoso	20,1	79,9

Os jornais mais populares dão espaço a vários protagonistas se comparados aos mais elitizados, destacando-se: suspeitos, acusados ou criminosos (81,5% versus 61,4%); vítimas adultas e crianças/adolescentes (76,6% contra 59,7%; p<.001); policial militar (44,2% contra 34,9%; p.<.05); e familiares dos suspeitos, acusados ou criminosos (25,9% versus 1,7%). Por procurarem atender aos interesses de seu público, cada jornal busca fornecer aos diferentes estratos sociais fatos que se aproximam de suas realidades.

Composição das matérias policiais

Como se pode perceber na tabela 12, as matérias analisadas fazem parte do gênero *reportagens policiais*, que por excelência tratam das ações envolvendo as corporações policiais e compõem as páginas destinadas a esse gênero. A presença maciça de reportagens não difere nos veículos estudados, sejam eles mais populares ou mais direcionados às camadas mais elevadas. As notas seguem em freqüência como outra forma comum de apresentar notícias policiais.

Tabela 12: Tipos de notícias policiais

TIPOS (N=2850)	N	%
Reportagem	2488	87,3
Nota	352	12,4
Artigo assinado	3	0,1
Coluna	3	0,1
Editorial	1	0,0

Todavia, constatou-se que há diferentes formatações de notícias entre os jornais analisados. Em relação as reportagens, jornais como Diário de Pernambuco e Folha de São Paulo apresentam quase que integralmente suas notícias em formato de reportagem; percentual que se reduz entre os demais, até chegar a cerca de 80%

entre os jornais capixabas (p<.001). No que se refere às notas, os jornais capixabas e o Diário de São Paulo se destacam pela maior freqüência (entre 15% e 18%), contrapondo-se a Folha de São Paulo (1,8%) e a ausência de notas no Diário de Pernambuco no período analisado (p<.001).

A tabela 13 mostra a utilização de recursos gráficos para ilustrar as matérias policiais. Os jornais que se destacam pela utilização de variados recursos gráficos são Folha de São Paulo e A Gazeta, direcionados para as camadas altas e médias da população. Dentre os que menos utilizam os vários tipos de recursos estão O Povo e a Folha de Pernambuco, voltados para um público mais popular. O recurso gráfico mais utilizado é o uso de fotos, em 41,1% das matérias, seguidos pelos Box e estatísticas.

Tabela 13: Recursos gráficos existentes nas notícias policiais

TIPOS DE RECURSOS (N=2851)	N	%
Fotos*	1173	41,1
Box*	364	12,8
Estatísticas*	131	4,6
Desenhos e ilustrações*	59	2,1
Tabelas, gráficos e mapas*	57	2,0

*Diferença estatística observada entre jornais p<0,001

As fotos dos locais dos eventos predominam em 19,5% das matérias (tabela 14). As fotos dos responsáveis pelos atos ilícitos e das vítimas das violências vêm a seguir. O policial ou a corporação em ação é objeto de fotografia em cerca de 5% dos casos. A evidente apologia da violência física sobre os corpos das vítimas é mostrada por 4% das matérias. Essas fotos se distinguem das demais imagens de vítimas da violência pela opção da visualização da mutilação física explícita.

Tabela 14: Fotos que ilustram notícias policiais

CONTEÚDOS DAS FOTOS (N=2850)	N	%
Local do evento	556	19,5
Suspeito/acusado/criminoso/autores da violência	383	13,4
Vítima da violência	284	10,0
Policial em ação	156	5,5
Corporação policial em ação	122	4,3
Corpos feridos e mutilados	114	4,0
Arma de fogo	84	2,9
Pessoas testemunhando eventos violentos	71	2,5
Outros	378	13,3

Outros tipos de fotos apresentadas são as que mostram materiais apreendidos pela ação policial (carros, cargas, armamentos, etc.), população em geral presente no local do crime, familiares das vítimas, delegados de polícia, Secretários de Segurança Pública, população de rua, bombeiros, advogados, enterros de vítimas e criminosos, manifestação de estudantes, moradores e sem tetos, passeata de estudantes, presos rebelados e veículos roubados ou de criminosos.

A opção por apresentar fotos ilustrativas das notícias policiais predomina entre os jornais populares (46,9% contra 36% no outro grupo; p<.001). Os três periódicos populares mais atuantes quanto a fotografia são: Folha de Pernambuco (66,9% de suas matérias policiais), Diário de São Paulo (49,3%) e A Tribuna (48,5%). Em percentuais intermediários estão todos os periódicos voltados para classes médias. O Povo é o que menos ilustra com fotos as matérias que apresenta ao leitor (26,6%), assim como faz com todos os demais recursos de ilustração para suas matérias.

Outros recursos gráficos como o box para ilustrar as notícias é fato mais raro que as fotos (12,8%). Como se pode perceber na tabela 15, este recurso informacional é utilizado mais para destacar pequenas informações relatadas no texto. Em 50 notícias o box apresentou a cronologia dos eventos narrados nas matérias e em 34 notícias, destacou a visão da população sobre o assunto. Outros tipos mencionados são, especialmente os que trazem informações de alguns dados que antecederam o acontecimento e de depoimentos de vítimas, familiares, testemunhas.

Tabela 15: Box apresentados com as notícias

CONTEÚDO DO BOX (N=2850)	N	%
Informações adicionais (Ex: Saiba mais, Dicas)	140	4,9
Cronologia dos fatos	50	1,8
Comentário da população	34	1,2
Trechos de leis	16	0,6
Comentário de autoridade de área de segurança	13	0,5
Comentário de especialista	8	0,3
Outros	190	6,7

Três jornais se destacam por apresentar mais ilustrações tipo Box (p<.001): A Tribuna (28,4%), A Gazeta (22,8%) e Folha de São Paulo (13,3%); no pólo oposto estão Folha de Pernambuco (3,9%) e O Povo (2,7%).

Estatísticas são recursos ainda menos utilizados que as fotografias e os box, sendo sinalizadas em apenas 4,6% das notícias (tabela 16). Dentre elas, apenas 43 matérias (1,5%) trouxeram números da Secretaria de Segurança Pública; outras 26

de outros órgãos públicos, seguidas por dados de Centros de Pesquisa (14 matérias) e de Empresas Privadas como IBOPE e Datafolha (7). Outras estatísticas estiveram presentes em 62 matérias, provenientes de Ong, Associação de hotéis e de policiais, Conselho tutelar, sindicatos e serviço funerário, bem como fruto de trabalhos acadêmicos.

Tabela 16: Estatísticas apresentadas nas notícias

FONTES DAS ESTATÍSTICAS (N=2850)	N	%
Secretaria de Segurança Pública	43	1,5
Demais órgãos públicos	26	0,9
Empresas privadas	7	0,2
Centros de pesquisa	14	0,5
Outras fontes	62	2,2

Os jornais mais populares utilizam este recurso em menor intensidade que os direcionados às camadas mais elevadas (3,4% versus 6,8%, respectivamente; p<.001). Quanto a pouca utilização de estatísticas destacam-se O Povo (1,8%) e Folha de Pernambuco (2,7%) e entre os que mais apresentam este recurso informacional estão Folha de São Paulo (12%) e O Globo (6,5%).

O uso de desenhos e ilustrações está presente em 2,1% das notícias, sobressaindo figuras que ilustram a reconstituição dos crimes (tabela 17). Cenas de ação policial, retratos falados e charges são exceções observadas. Os dois periódicos que mais usam esse recurso são A Tribuna (4,5%) e Folha de São Paulo (3%); O Povo não apresentou nenhuma ilustração no período investigado e Folha de Pernambuco muito raramente (0,8%; p<.001).

Tabela 17: Desenhos e ilustrações apresentadas nas notícias

CONTEÚDOS DOS DESENHOS E ILUSTRAÇÕES (N=2850)	N	%
Reconstituição do crime	27	0,9
Cena da ação policial	6	0,2
Retrato falado	5	0,2
Charge	4	0,1
Outros	20	0,7

Outros tipos de desenhos e ilustrações apresentados são ilustrações de armas e de locais dos crimes/acidentes.

A utilização de tabelas, gráficos e mapas são os recursos gráficos menos presentes nos periódicos investigados (2%). Como se verifica na tabela 18, os mapas são os recursos mais apresentados.

Tabela 18: Tabelas, gráficos e mapas apresentados nas notícias

CONTEÚDOS DAS TABELAS, GRÁFICOS E MAPAS (N=2850)	N	%
Mapa	41	1,4
Gráfico	16	0,6
Tabela	13	0,5

Observa-se distinção entre os jornais segundo o público ao qual se dirige. Entre os voltados para as camadas altas e médias são apresentados mais tabelas, gráficos e mapas (3,7%) do que entre os populares (1,1%; p<.001). Dentre os primeiros destacam-se a Folha de São Paulo (7,8%) e A Gazeta (4,9%); entre os populares Folha de Pernambuco apresentou os recursos em apenas 0,4% das matérias e O Povo não os utilizou no período avaliado.

Objetivos das ações policiais

O teor das ações policiais apresentadas nas notícias, apresentado na tabela 19, é, principalmente, o da apreensão dos suspeitos, acusados ou criminosos, em 31,2% das notícias (mais relatada pelos jornais populares; p<.01) e o de elucidar sobre o processo de investigação realizado – 30,6%, mais destacado nos jornais voltados para as classes altas (p<.05). Registros de ocorrência segue em freqüência, porém com menor importância, com maior destaque nos jornais populares (14,7% versus 11,8%; p<.05).

Tabela 19: Objetivos das ações policiais mencionados nas notícias

OBJETIVOS (N=2848)	N	%
Apreensão de suspeitos/acusados/criminosos	889	31,2
Investigação	873	30,6
Outros	583	20,4
Registro de ocorrência	390	13,7
Operações de busca	201	7,1
Crime cometido pelo policial/corporação	181	6,3
Apreensão de armas	143	5,0
Crime cometido contra o policial/corporação	124	4,3
Apreensão das drogas	116	4,1
Manutenção da ordem pública	104	3,6
Ocupação de áreas	100	3,5
Apreensão de adolescentes	79	2,8
Apreensão de objetos roubados	78	2,7
Apreensão de materiais piratas/contrabando	39	1,4
Intervenção em presídios	39	1,4
Blitz	29	1,0
Combate à exploração sexual infantil	18	0,6
Combate à exploração sexual	17	0,6

Recolhimento de criança e adolescente em situação de rua	15	0,5
Intervenção em instituições de cumprimento de Medida Sócio-educativa	5	0,2
Combate à exploração do trabalho infantil	1	0,1
Combate ao trabalho escravo	-	-

Outros objetivos para as ações mencionadas nas matérias são: descrição de depoimentos realizados; informes sobre policiamentos; socorros realizados; recolhimento de cadáver; informação sobre perícias; outros tipos de apreensão tais como veículos, dinheiro, documentos, material pornográfico, mercadorias sem nota fiscal, explosivos e material para falsificação de dinheiro e etc.; confronto com traficantes, socorro à vítimas de violência, transferência de presos, entre outros objetivos destacados em menor freqüência.

Dados sobre as vítimas existentes nas matérias

Como se pode observar na tabela 20, a informação mais apresentada pelas notícias é sobre o sexo da vítima. Dados sobre faixa etária, fatalidade e categoria profissional estão presentes em cerca de 60% das notícias. Já cor da pele é uma informação quase inexistente.

Tabela 20: Informações sobre vítimas existentes nas matérias

VÍTIMAS	%
Fatalidade*	60,9
Sexo**	92,0
Faixa etária**	64,9
Categoria profissional**	62,1
Cor da pele**	6,8

* Dado computado para a totalidade das matérias (N=2851)
** Dado computado para parte das matérias – com vítimas (N= 1720)

Considerando-se a totalidade das 2851 notícias analisadas, em 60,9% delas há dados sobre a fatalidade ou não das ações sobre as vítimas, informação principalmente apresentada nos jornais voltados para classes altas (63,5% versus 59,4% nos populares; $p<.05$). Há ainda uma diferenciação entre os jornais: os dois de Pernambuco apresentam essas informações em cerca de 86% das notícias, enquanto O Povo e Folha de São Paulo estão entre os que menos falam sobre vítimas (em torno de 48%; $p<.001$). Quase um terço das matérias (32%) apresenta vítimas fatais; vítimas não fatais sem lesões físicas são destacadas em 20,6% das matérias; e vítimas não fatais com lesões estão presentes em 18,1% das notícias.

Um pouco mais da metade das matérias analisadas (1720), traz informações sobre o perfil das vítimas das ações narradas. A partir desse montante, é possível perceber como as diferentes mídias escritas descrevem esse personagem central das notícias.

Em 6,8% das matérias com vítimas há informação sobre a cor da sua pele, independente do jornal ter perfil mais popular ou elitizado. Há, todavia, distinções entre os jornais ($p<.001$): O Povo (2%). Folha de São Paulo (3,7%), A Gazeta (4,4%) e A Tribuna (5,2%) são os que menos têm essa informação; no extremo oposto estão: Folha de Pernambuco (11%), O Globo (10,6%) e Diário de Pernambuco (9,6%).

A cor da pele de apenas uma vítima é informada em 6,4% das notícias (109), indicando a péssima qualidade desses dados, estranhamente pouco registrados, face a conhecida predominância de vítimas de cor negra entre as mortes violentas. Dentre as vítimas cuja cor da pele estão registradas nas notícias, tem-se a prioridade de brancos (58 vítimas), pardos e negros (44) e cor da pele amarela em sete pessoas.

A informação da cor da pele de uma segunda vítima foi relatada em 33 matérias. Novamente percebe-se o grau de desinformação: apenas 3,8% das vítimas estavam descritas, com 12 pessoas brancas, 18 negros e pardos e 3 de cor amarela.

Dentre as matérias com informações sobre vítimas em 64,9% há informações sobre sua idade, independente do estrato ao qual o jornal se dirige. Dados de apenas uma vítima está presente em 63,1% das notícias, mostrando que este dado desperta mais interesse dos jornalistas do que a cor da pele. Um total de 4,9% das vítimas é de crianças até 11 anos de idade; 7,1% são adolescentes entre 12 e 17 anos; 12,8% são jovens de 18 a 24 anos; 19,5% são adultos entre 25 e 39 anos; 14% entre 40 e 60 anos; e 4,8% são idosos acima de 60 anos. Como se observa, os adultos predominam entre as vítimas que ocupam as páginas da mídia impressa.

Informações sobre uma segunda vítima estiveram presentes em 43% das matérias: 2,8% são crianças; 5,5% são adolescentes; 9,4% são jovens de 18 a 24 anos; 12,7% são adultos entre 25 e 39 anos; 8,1% entre 40 e 60 anos; e 4,5% são idosos acima de 60 anos.

A categoria profissional esteve mencionada em 62,1% do total de notícias com vítimas. Em relação à informação sobre uma primeira vítima, 60,4%, tem-se: estudantes, policiais militares, comerciantes, empresários, motoristas/ taxistas/caminhoneiro, dona de casa, aposentados, desempregados, médicos e vendedores/biscateiros. Informações sobre categoria profissional de uma segunda

vítima foram informadas em 42,1% das matérias com a informação de mais uma vítima.

Os dados sobre sexo encontram-se descritos em 92% das matérias onde há vítimas. Em relação a primeira ou única vítima, 91,7% das matérias retratam a diferença existente: 22,4% do sexo feminino e 69,3% do masculino, demonstrando a sobremortalidade masculina nos eventos violentos. Nas notícias com segunda vítima, 25,8% são mulheres, 53,6% homens e 20,7% não possuem essa informação. Os jornais populares prestam mais esta informação que os demais (93,2% versus 90%; p<.05)

Dados sobre suspeitos, acusados ou criminosos nas matérias

Informações apresentadas nas matérias sobre os suspeitos, acusados ou criminosos estão apresentadas na tabela 21. Vale apontar a menor proporção desse dado, se comparado ao apontado sobre as vítimas. Sexo mantém-se como a variável mais bem informada e cor da pele como a de pior qualidade.

Tabela 21: Informações sobre suspeitos/acusados existentes nas matérias

SUSPEITOS/ACUSADOS/CRIMINOSOS	%
Fatalidade*	49,9
Sexo**	85,3
Faixa etária**	41,5
Categoria profissional**	24,8
Cor da pele**	11,3

* Dado computado para a totalidade das matérias (N=2851)
** Dado computado para parte das matérias – com vítimas (N= 1395)

Em 49,9% das notícias há dados que informam se a vítima veio ou não a óbito, com predominância dessa informação entre os jornais voltados para as classes médias ou altas (67,5% versus 40,4% nos populares; p<.001). Há também distinções entre os jornais (p<.000): O Povo e Folha de São Paulo são os que menos informam (8,1% e 7,8%, respectivamente) e O Globo e A Gazeta estão entre os que mais apresentam dados exatos (82,6% e 77,9%).

Os dados sobre a fatalidade existente nas notícias mostram que em 5,6% das matérias os acusados morreram; em 44,5% os suspeito foram vítimas de alguma violência, mas não apresentaram lesões e em 3,8% das notícias há lesões relatadas.

A cor da pele dos suspeitos está apresentada em 11,3% das matérias, destacando-se os jornais populares (13,9%), em detrimento dos voltados para classes médias (8,3%; p<.001). Distinções entre jornais também são notadas (p<.001): O Povo (4,1%) e Folha de São Paulo (7,7%) trazem muito pouco esta informação em relação a Folha de Pernambuco (14,1%) e Diário de São Paulo (18,2%.)

A cor da pele de um primeiro suspeito foi relatada em 10,9% das matérias que mencionavam os suspeitos dos crimes, com 4,5% de brancos, 6,2% negros ou pardos e 1,4% de cor da pele amarela. Informação sobre um segundo suspeito mostra detalhamento da cor em 6%, predominando a informação sobre cor negra ou parda.

Informação sobre a idade dos suspeitos foi mencionada em 41,5% das notícias em que se identificam pessoas acusadas ou suspeitas. Essa informação está mais presente entre os jornais populares (46,3% contra 36%; p.<001). A idade de um primeiro ou único suspeito foi apontada em 40,1%, apresentando as seguintes faixas etárias: 0,4% das vítimas têm até 11 anos de idade; 7,5% são adolescentes entre 12 e 17 anos; 12,8% são jovens de 18 a 24 anos; 14,5% são adultos entre 25 e 39 anos; 4,3% entre 40 e 60 anos; e 0,5% são idosos acima de 60 anos.

Em relação a um segundo acusado há menos dados informativos, em 28,1% das notícias com mais de um acusado constatou-se que predominam as faixas dos adolescentes (6,6%) e jovens adultos (18 a 30 anos), com 18,7%.

A categoria profissional dos suspeitos é citada 24,8% das matérias. Os jornais voltados para classes mais elevadas predominam entre os que mais fornecem essas informações (27,3% versus 22,6%; p<.05). Em relação a categoria profissional do primeiro ou único suspeito, 11,5% das notícias possuem essa informação, destacando-se entre eles: policiais militares e civis (na ativa ou afastados), empresários, comerciantes, desempregados, estudantes estão entre os mais apontados. A existência de um segundo suspeito foi realçada em 5,6% das notícias pertinentes.

O sexo dos suspeitos é informado em 85,3% das notícias pertinentes, destacando-se nos jornais populares (87,4% versus 83%; p<.05). Em relação ao primeiro suspeito, os homens predominam com 80,4%; as mulheres somam 4,7% e a não informação é de 14,8%. Dados sobre o sexo de um segundo suspeito reiteram a predominância masculina (71,6%).

Temas apresentados nas matérias

Alguns pontos referentes à atividade policial foram destacados pelos pesquisadores para serem investigados nas notícias analisadas e podem ser observados na tabela 22. Vale apontar o reduzidíssimo percentual (4,7%) de informação sobre um tema tão relevante como as questões gerais de segurança pública, essencial ao questionamento e aprofundamento da questão entre a população. Os jornais voltados para as classes mais abastadas se preocupam um pouco mais com esse tema (6,7%) do que os populares (3,6%; p<.001). Vale apontar os dois jornais de Vitória pelo maior número desse questionamento (entre 9% e 10% das notícias), opondo-se a O Povo que não tem material a respeito.

Crimes ou denúncias cometido pela polícia ou contra ela ocuparam cerca de 5% das matérias, temas também mais apontados pelos jornais voltados para as classes altas (p<.001). O Globo destaca-se de todos os demais por apresentar mais notícias sobre crimes cometidos pela força policial ou contra ela (15% e 12,1%, respectivamente).

Tabela 22: Temas específicos das categorias policiais destacados nas matérias

TEMÁTICAS (N=2848)	N	%
Crime ou denúncia cometido pelas forças	157	5,5
Questões gerais de segurança pública	133	4,7
Crime ou denúncia contra as forças	127	4,5
Outros	41	1,4
Treinamento/qualificação de pessoal	35	1,2
Aumento de contingente	26	0,9
Processo de admissão/concursos	11	0,4
Questões de saúde do policial	9	0,3
Atividades lucrativas extras	2	0,1

Outros temas apresentados são o aparelhamento da guarda municipal, apuração da denúncia pela corregedoria, más condições de trabalho, comércio de armas pela policia, condições de trabalho, falta de investigação e policiamento, infra-estrutura de trabalho, instalações precárias, operação nos morros, organização das policias, planejamento estratégico da policia, recolhimento de armas, reforma de instalações policiais, superlotação de carceragem e troca de comando policial.

Os tipos de crimes ou denúncias cometidos pelos policiais podem ser vistos na tabela 23. Percebe-se que predominam os homicídios, seguidos pela corrupção e lesão corporal/maus-tratos. O envolvimento com tráfico está presente em apenas

0,7% das notícias. Os cometimentos de homicídios e a corrupção policial ocupam mais destaque nos jornais voltados para o público de maior poder aquisitivo (p<.005), especialmente destacado na Folha de São Paulo.

Tabela 23: Tipos de crimes ou denúncias cometidos por policiais destacados nas matérias

TIPOS (N=2843)	N	%
Homicídio	91	3,2
Corrupção	48	1,7
Lesão corporal/maus-tratos	47	1,6
Envolvimento com tráfico	14	0,5
Tortura	12	0,4
Humilhação/abuso de poder	8	0,3
Desvio de armas	8	0,3
Outros	48	1,7

Outros crimes/denúncias cometidos por policiais são: seqüestro, facilitação de fuga, tentativa de homicídio, roubo, atentado, formação de quadrilha, ameaças, ataque a ônibus e contra instalações da polícia, bala perdida, disparo de arma de fogo em via pública, briga, chacina, rebelião ,depredação, desvio de conduta, consumo de drogas, envolvimento com atividade ilegal, estacionamento irregular, excesso de força, extorsão, facilitação de fuga e de laudo, falta ao trabalho, fraude processual, grupo de extermínio, motim, porte ilegal de armas e serviços privados.

Dentre os crimes/denúncias contra as forças, destacam-se as mortes de policiais em serviço ou fora dele (tabela 24), também mais comentado pelos jornais de maior custo (2,6% versus 1,3%; p<.05).

Tabela 24: Tipos de crimes ou denúncias cometidos contra policiais destacados nas matérias

TEMÁTICAS DAS MATÉRIAS (N=2848)	N	%
Morte de policial em serviço	50	1,8
Morte de policial fora de serviço	32	1,1
Atentado /invasão contra instalaçõs da polícia	35	1,2
Roubo de arma/equipamento	12	0,4
Outro	43	1,5

Outros tipos de crimes ou denúncias relatados são: atentados contra policiais, lesão corporal/agressões, ferimentos à bala, tentativas de assalto e de homicídio, ameaças, roubos à casa e ao policial, manifestação contra policiais militares, refém e troca de tiros.

É muito baixo o percentual de Leis mencionadas nas matérias policiais, como se pode verificar na tabela 25.

Tabela 25: Leis mencionadas nas matérias policiais

LEIS (N=2848)	N	%
Código Penal	23	0,8
Estatuto da Criança e do Adolescente	15	0,5
Constituição Federal	10	0,4
Lei de Execuções Penais	2	0,1
Declaração Internacional dos Direitos Humanos	-	-
Outras	38	1,3

Outras leis mencionadas são o Estatuto do desarmamento e da Polícia Militar, Código de Trânsito, leis sobre crimes contra a fauna, estatuto militar, contravenção penal, crimes ambientais, eleitoral, dentre outras.

Teor da matéria em relação ao policial e às corporações

O teor das matérias sobre os policiais, apresentado na tabela 26, mostra a concentração de notícias factuais (84,2%). Aspectos negativos foram abordados em 14,2% das notícias, com maior destaque entre os jornais direcionados para camadas mais elevadas (15% versus 6,4%; p<.001). O Globo destaca-se de todos os demais jornais: 20,1% de considerações negativas, seguida pela Folha de São Paulo com 16,3%; no extremo oposto estão A Tribuna (5,6%) e O Povo (5,8%). Atributos positivos mostraram-se presentes em apenas 1,6%.

Tabela 26: Nível de aprofundamento das matérias em relação aos policiais

APROFUNDAMENTO (N=1900)	N	%
Factual	1600	84,2
Negativo	269	14,2
Positivo	31	1,6

Observando-se apenas os atributos positivos e negativos segundo o tipo de inserção do policial, tem-se que as frases e expressões citadas nas matérias voltam-se principalmente para retratar o policial militar (tabela 27), seguido de forma distinta pelos policiais civis.

Tabela 27: Atributos positivos e negativos segundo inserção dos policiais nas corporações

	Positivo*		Negativo*	
Policial	N	%	N	%
Militar	23	69,7	196	63,6
Civil	8	24,2	62	20,1
Guarda Municipal	-	-	14	4,6
Federal	2	6,1	19	6,2
Técnico	-	-	4	1,3
Rodoviário	-	-	13	4,2

*Há notícias que falam sobre mais de uma polícia

As matérias que falam sobre as corporações também são, em sua maioria, factuais (91,2%), especialmente entre os jornais populares (85,9% versus 71,6%; p<.001). Os jornais voltados para as camadas elevadas apresentam mais atributos negativos e positivos, especialmente Folha de São Paulo, A Gazeta e Diário de Pernambuco. Atributos positivos e negativos dessas corporações são mencionados em muito poucas matérias (tabela 28).

Tabela 28: Nível de aprofundamento das matérias em relação às corporações

APROFUNDAMENTO (N=2526)	N	%
Factual	2304	91,2
Negativo	134	5,3
Positivo	88	3,5

Observando-se de forma isolada os atributos positivos e negativos, tem-se o mesmo quadro relatado para os policiais. Sobressai a corporação militar, seguida pela civil (tabela 27).

Tabela 29: Atributos positivos e negativos segundo corporação

	Positivo*		Negativo*	
Policial	N	%	N	%
Polícia Militar	48	46,6	98	61,6
Policia Civil	31	30,1	42	26,4
Guarda Municipal	4	3,9	5	3,1
Policia Federal	17	16,5	5	3,1
Polícia Técnica	2	1,9	4	2,5
Polícia Rodoviária	1	1,0	5	3,1

*Há notícias que falam sobre mais de uma polícia

Em relação às idéias que as matérias apresentam sobre a ação policial podem ser visualizadas na tabela 28. Como se pode perceber, a maioria das notícias passa a

visão de ação legalmente desencadeada pelas forças policiais (88,8%), seguido pela idéia de ação ilegal em 7,9%.

Tabela 30: Idéias sobre as ações policiais presentes nas matérias

IDÉIAS (N=2851)	N	%
Ação legal	2531	88,8
Ação ilegal	224	7,9
Organização e estratégias do exercício da profissão	208	7,3
Outras	50	1,8

Os jornais populares predominam entre os que avaliam as ações como legais (91,7%, contra 83,6%; p<.001). O inverso ocorre quanto as ações ilegais, que predominam nos jornais dirigidos aos estratos sociais mais elevados (11,8% contra 5,7% nos populares; p<.001). Também matérias sobre a organização e de exercício da profissão são mais presentes nos jornais voltados ao público de estratos médios e altos (p<.001)

Outras idéias presentes que refletem sobre as ações policiais são: ações prejudicadas pelas precárias condições da instituição e de trabalho, necessidade de aproximação com a sociedade, ataques e atentados contra policiais, atuação do poder executivo, eficiência policial, falta de ação, falta de infra-estrutura, falta de investigação, falta de policiamento, falta de credibilidade, falta ou demora na ação; precariedade, indignação perante as mortes de PMs, ineficiência policial, insuficiência de atuação, integração policia/sociedade, integração com a sociedade, más condições de trabalho, morte de PM, morte de policiais, morte de policial, não cumprimento de prazos, necessidade da ausência dos PMs, negligência policial, policiamento insuficiente, posse em cargo do executivo, precariedade no atendimento.

Abordagem dos diferentes jornais quanto aos aspectos positivos e negativos atribuídos aos policiais e às corporações

A análise de conteúdo do *corpus* de textos jornalísticos aqui apresentados refere-se a todas as 234 matérias publicadas no mês de novembro, classificadas como negativas (180) e positivas (54)). Para compreender o significado dessas representações negativas e positivas a respeito das ações policiais, incluiu-se tanto o sujeito policial quanto às corporações. Buscou-se compreender, sob a perspectiva

das teorias da comunicação, como essas notícias passam de meras transmissoras de informações, para tornarem-se também produtoras de sentidos sobre a instituição policial, seus operadores e a questão da segurança pública.

No conjunto analisado, observa-se que dentre os aspectos negativos e positivos há uma clara tendência de todos os jornais em destacar os aspectos negativos das ações policiais, conforme mostraram os dados acima. Diversas ações ilícitas e violentas são divulgadas, a partir de fontes como a própria polícia, informações de vítimas, testemunhas e da investigação jornalística. Essas visões configuram uma imagem das corporações policiais e seus operadores como instâncias do serviço público extremamente vulneráveis a julgamentos depreciativos por parte da população em geral. As principais representações negativas da ação policial dizem respeito: envolvimento da policia com o tráfico de drogas; falta de policiamento/falta de segurança da população; homicídios cometidos por policiais; maus-tratos físicos contra suspeitos/acusados/criminosos ou qualquer pessoa; corrupção policial/envolvimento com outros crimes; efetivo insuficiente; violência em geral (discriminações, ameaças, abordagem violenta , abusos da polícia em geral); despreparo dos policiais; omissão da polícia; mal funcionamento/mal atendimento da polícia; desmoralização da polícia.

As raríssimas representações positivas às ações policiais podem ser apreendidas através dos destaques aos aspectos institucionais das corporações que visam sua melhoria. Entretanto, muitas dessas menções não vêm acompanhadas de um contexto explicativo mais detalhado de políticas de segurança pública, de modo a proporcionar ao leitor informações importantes para a formação de sua opinião. São esses os aspectos positivos mais destacados pelos jornais: dicas de segurança da PM; ação cooperativa; ação eficaz; investimento em segurança; implementação de reformas; outras ações da polícia; melhoria do atendimento; co-responsabilidade nas ações policiais; investimento em qualificação/capacitação; moralização da polícia.

A maioria das matérias da *Folha de São Paulo*, direcionado às camadas mais elevadas, é de reportagens informativas, com citação das fontes e detalhamentos dos passos das investigações, citando com freqüência eventos ocorridos em outros estados brasileiros. As matérias destacam mais o envolvimento da polícia com o tráfico de drogas, os homicídios e outros crimes cometidos por policiais e a corrupção policial. Sua linguagem, aparentemente neutra, difere da adotada pelo *Diário de São Paulo*, mais popular, que utiliza termos tais como “comparsas”, para retratar a conivência de policiais com a criminalidade, proporcionando ao público

leitor uma leitura "policialesca". O tipo de cobertura das ações negativas das polícias destaca a violência policial em geral, os homicídios cometidos por policiais, as prisões e os acontecimentos cotidianos das cidades paulistas.

Entre os jornais do Rio de Janeiro, *O Globo*, mais voltado para as camadas médias, e altas, divulga muitos detalhes técnicos das operações policiais nacionais. Há uma cobertura focada nos andamentos judiciais, dando destaque aos grandes eventos que têm repercussão internacional como, por exemplo, as chacinas e a participação da PM nesses crimes. As grandes investigações conduzidas pela Polícia Federal também são enfocadas, propiciando uma leitura globalizada. Evidentemente, como um dos maiores grupos empresariais que contam com vários veículos de comunicação e com ampla cobertura, atinge a uma parcela significativa de leitores cujo perfil se caracteriza por serem consumidores de informações que atendem majoritariamente a seus interesses. O jornal *O Povo*, essencialmente voltado para camadas mais pobres, é bastante popular na cidade do Rio de Janeiro e reconhecido por seu público, apesar do número de exemplares ser bem menor que os demais jornais. Suas matérias referem-se aos acontecimentos mais ordinários da vida cotidiana, e duas de suas principais fontes são as vozes da população e a própria polícia. O gênero jornalístico caracterizado pela reportagem policial, explora também imagens de crimes e vítimas e suspeitos/acusados/criminosos expostos cruamente nas páginas do jornal. Os tipos de aspectos negativos das ações policiais mais destacados pelo O Povo são os homicídios cometidos por policiais, violência policial em geral, corrupção policial, maus-tratos físicos contra suspeitos/acusados e criminosos.

O *Diário de Pernambuco*, direcionado às camadas elevadas, dá destaques aos acontecimentos do Estado e da grande região metropolitana, mas também cita bastante os acontecimentos violentos de outros estados brasileiros, principalmente da Região Sudeste e do Distrito Federal. A relevância dos aspectos negativos das ações policiais no Diário de Pernambuco é, eventualmente, articulada à possibilidades de resolução de alguns problemas e monitoramento da atuação violenta ou ineficaz das polícias. Esse fato pode ser exemplificado pelo espaço dado às reivindicações da população por políticas de segurança mais eficazes e a questão da violência no contexto dos direitos humanos. Nesse contexto destacam-se os homicídios e outras violências praticadas por policiais, maus-tratos físicos contra suspeitos/acusados/criminosos e população em geral. A *Folha de Pernambuco* pode ser caracterizada como um jornal popular que trata a questão da violência de forma extremamente sensacionalista ("Chove bala na comunidade do Coque") e expõe os

atores da violência em fotos espetacularizadas, como cadáveres com os corpos deteriorados e pessoas detidas como supostos criminosos. Sua cobertura sobre as ações policiais explora subliminarmente a ineficácia da polícia, contrapondo-a com a quantidade de notícias sobre assassinatos. A voz da população é uma das fontes de informação do jornal, destacando denúncias contra os abusos e violências das polícias. Depreende-se da narrativa da notícia que a cobertura *in loco* das ações policiais e dos crimes são características marcantes do jornal, assim como a divulgação de detalhes específicos da violência colhidos nas delegacias, como o lugar exato de partes de corpos feridos.

Entre os jornais do Espírito Santo, *A Gazeta* atende a um perfil mais elitizado, tendo como uma das suas principais fontes de informação a própria população que se manifesta durante a cobertura das matérias nos locais de ocorrência dos eventos. As informações são complementadas com boxes e entrevistas com a população e caracteriza-se por ter um perfil mais informativo. Os aspectos negativos mais enfatizados pela A Gazeta no período foram: falta de policiamento e falta de segurança, omissão da polícia, mau atendimento e mau funcionamento da polícia e uma visão desmoralizante da polícia. *A Tribuna*, com perfil mais popular, destaca-se dos demais jornais por ser um periódico que se dedica a cobrir as notícias sobre as ações policiais visando fornecer vários pontos de vista dessas ações. Sua cobertura jornalística caracteriza-se sobretudo pelo uso de diversas fontes de informação, uso da voz direta da população e de demais atores envolvidos nos eventos, e posicionamento mais direto em relação à atuação negativa das polícias. Os aspectos negativos mais representados na A Tribuna no período foram: corrupção policial, falta de policiamento e falta de segurança refletida na fala da população, maus-tratos físicos contra suspeitos/acusados e criminosos e população em geral, omissão da polícia. Sua narrativa é rica em detalhes, porém, sem banaliza-los, e apresenta um contexto mais aprofundado dessas ações, discutindo as causas e apontando as soluções propostas tanto pelos envolvidos quanto a partir do lugar de fala do próprio jornal.

Imagens negativas apresentadas nos jornais

Em síntese, as representações negativas das ações policiais, presentes nos oito jornais no mês de novembro, indicam que há uma visão desfavorável à imagem dos policiais e suas corporações.

A representação dos homicídios cometidos por policiais nos jornais, possivelmente é o aspecto que cria o maior efeito negativo sobre as ações policiais. Destacam-se a ilegalidade, a truculência, a crueldade e a impunidade dessas ações, antevendo o forte posicionamento dos jornais em relação a esses crimes cometidos por alguns policiais e algumas corporações que legitimam esses atos. Há uma idéia recorrente nos jornais de que há *uma permissão para* matar e de que os responsáveis por esse tipo de crime são de alguma forma acobertados, perpetuando essa prática que tanto repudia uma parte da população mais vitimizada, quanto é aceita por outra que abona a idéia de execução ("quando um assaltante foi executado por um policial, anos atrás, em frente a um shopping da cidade, muita gente aplaudiu" – O Globo, 18/11/2004). De certa maneira, todos os jornais convergem em suas visões sobre esse tipo de crime, tratado pela imprensa como hediondo. Como revelam algumas narrativas:

> Arquivo morto - 72% dos casos de mortes de civis por policiais militares são arquivados a pedido do Ministério Público (...) o encerramento do caso, antes mesmo de virar processo, está longe de ser uma exceção na Justiça de São Paulo (Folha de São Paulo, 29/11/2004)
>
> PMs são acusados de terem assassinado, com mais de vinte tiros, o estudante (Diário de Pernambuco, 11/11/2004)
>
> Não é fácil comprovar a prática de execução nos casos de ´resistência seguida de morte (Folha de São Paulo, 29/11/2004)
>
> Mais uma vez o BOPE está sob suspeita (O Povo, 11/11/2004)
>
> Só um atirou (policial militar) mas os três impediram que o menino fosse socorrido (Diário de Pernambuco, 4/11/2004)
>
> A promotora (...) disse que o deputado do Rio (...) teria se reunido com ex-policiais para formar um grupo de extermínio (O Globo, 12/11/2004)

Uma outra representação negativa diz respeito à corrupção policial, que se dá através do envolvimento de alguns policiais com diversos tipos de crime. O destaque a esse tipo de crime encontra uma ressonância na população em geral, e mais especificamente, nas classes assalariadas e no contingente de trabalhadores informais que vivem de seu trabalho. A ilegalidade desse tipo crime reconstruído nas narrativas jornalísticas, em especial, a dos jornais populares, ganham cores fortes e atributos lingüísticos negativos e irônicos empregados em algumas matérias:

> Soldado da polícia militar há dezoito anos e (...) foram presos ontem roubando uma empregada doméstica (Diário de São Paulo, 25/11/2004)
>
> Na residência de um policial rodoviário federal (...) a polícia apreendeu dois carros, sendo um importado (uma BMW), duas motos, sendo uma Suzuki e uma Harley Davidson, além de 600 munições calibre ponto 40 (O Povo, 9/11/2004)

> A Polícia Rodoviária Federal que apoiou o trabalho da PF, teve que cortar a própria carne: agentes da instituição estavam envolvidos com esquema de corrupção e adulteração de combustíveis, entre eles o ex-superintendente .... (O Povo, 9/11/2004)

A ênfase às formas de corrupção atendem, de certo modo a expectativa dos estratos mais baixos da população que se sentem injustiçados frente a essas e outros corrupções por parte das instituições públicas.

Os maus-tratos físicos contra suspeitos/acusados/criminosos e população em geral, é uma forma negativa da atuação policial representada nos jornais. Essa forma se caracteriza pelo tratamento agressivo das polícias dispensado a alguns grupos sociais mais empobrecidos ou discriminados socialmente. Alguns jornais populares constroem suas narrativas, dando voz direta a esses grupos que sofrem esses maus-tratos "os outros PMs já chegaram batendo em minha amigas. Eu só levei um jato de spray de pimenta no rosto" (Diário de São Paulo, 29/11/2004. As agressões praticadas por policiais e narradas pelos jornais produz um efeito de sentido no campo afetivo-emocional, pois combinada com outras formas de humilhações que determinados grupos sociais sofrem, colocam os operadores das polícias em um posição de "carrasco" da população. Alguns trechos das narrativas refletem essa construção "depois que o marginal já estava rendido, os policiais o agrediram na frente de toda imprensa que estava no local para realizar outra reportagem" (O Povo, 15/11/2004).

Outra forma de crítica negativa percebe-se quanto ao envolvimento da polícia com o tráfico de drogas, que coloca em jogo questões morais, éticas e institucionais relacionadas à atuação das corporações. Entretanto, esse envolvimento diz respeito à atuação de alguns policiais, mas pela freqüência com que esses atos são destacados na imprensa escrita, essas representações acabam por produzir um efeito negativo generalizado sobre as corporações na sociedade. A estreita ligação que os policiais envolvidos nesse tipo de crime estabelecem com as pessoas envolvidas no tráfico de drogas é sublinhada nas narrativas dos jornais, principalmente relacionadas à utilização do cargo de policial para facilitar a libertação de presos, fornecer ilegalmente armas etc.

Em relação à falta de policiamento e a falta de segurança, os jornais privilegiam a fala da população na voz direta, deixando entrever o sentimento de insegurança generalizado que atinge os moradores dos grandes centros urbanos. A forma como algumas narrativas são construídas enfatizam a má atuação da polícia nesse quesito, não construindo parcerias com a população e obrigando-a a recorrer aos

serviços de segurança privada. Os jornais também destacam a ambigüidade que permeia o sentimento da população, quando requer maior repressão à criminalidade, mas não acredita na capacidade das polícias de fornecer segurança pública. Como destacam algumas narrativas em voz direta e indireta dos jornais:

> Segurança nota zero (Folha de Pernambuco, 27/11/2004)
>
> À mercê da bandidagem (Folha de Pernambuco, 27/11/2004)
>
> Entregues a vontade dos bandidos (O Povo, 20/11/2004)
>
> Eles (a polícia) sempre chegam depois (O Povo, 20/11/2004)
>
> De tanto de sofrer nas mãos dos bandidos, há quem já tenha desistido de prestar queixas (A Tribuna, 17/11/2004)

A falta de policiamento que gera a insegurança da população é articulada em algumas matérias à insuficiência de efetivo, porém essa questão não é problematizada.

Uma forma de representação negativa das ações policiais, bastante recorrente, refere-se à violência em geral, materializada nas discriminações raciais, sexuais, sociais, nas ameaças, nas abordagens arbitrárias e violentas e nos abusos policiais. Algumas narrativas relatam o risco que as populações que vivem em comunidades pobres estão constantemente sujeitas quando ocorrem confrontos da polícia com a criminalidade. É comum nas entrevistas com a população enfatizar a violência com que a polícia entra nessas comunidades. Essa forma de violência vem ganhando destaque inclusive nos jornais dirigidos aos estratos mais elevados, por ter uma visibilidade grande no âmbito da defesa dos direitos humanos. Outras formas desrespeitosas de tratamento da população também são sublinhadas pelos jornais, principalmente quando são testemunhadas por organismos não governamentais presentes hoje em várias favelas e comunidades pobres. Ainda que não articulados explicitamente ao discurso dos direitos humanos, alguns jornais dirigidos aos estratos populares constroem suas notícias sobre as incursões policiais e a atuação de alguns policiais como representativas de uma ação ilegal das polícias. A Tribuna destaca-se na representação dessas formas de violência, criticando os abusos policiais e posicionando-se claramente em relação à ilegalidade dessas ações e através da voz da população “os policiais estão urinando e defecando lá (no local de visita íntima de um presídio). Isso é um desrespeito” (...) “os policiais falam que bandido tem que sofrer mesmo” (A Tribuna, 24/11/2004).

Uma outra imagem negativa representada na mídia escrita se refere ao despreparo da polícia, vinculada algumas vezes a uma desmoralização das ações policiais. Os aspectos ressaltados são ações mal sucedidas que resultaram em morte ou insucesso das operações policiais. O despreparo também é vinculado à frágil resistência psicológica dos policiais frente a situações de conflitos, onde se deixam levar pelo emocional e não pelo racional "ao perceber que estava compondo a foto o PM desrespeitou o profissional e com o dedo em riste ameaçou tomar a câmera fotográfica 'você é um bobão, um babaca, um otário, um palhaço', gritava descontrolado o sargento (...) diante de vários colegas de farda que chegavam em auxílio" (O Povo, 12/11/2004). Há em algumas matérias um forte componente de linguagem que abalam a competência das polícias:

> Depois de seguir 16 linhas de investigação, a polícia do Rio apostou suas frágeis fichas no ex-caseiro...(O Globo, 21/11/2004)
>
> Quase um ano depois o crime continua impune. Inconformada com os rumos das investigações, a família do casal contratou um detetive particular.(...) O especialista criticou o trabalho da polícia: o crime foi muito mal investigado (O Globo, 21/11/2004)

Os atos de omissão da polícia são outras representações negativas das ações policiais. As poucas narrativas que destacam essas ações enfatizam a ausência ou negligência de policiais em serviço

> O policial fugiu após o tiro (Diário de Pernambuco, 4/11/2004)
>
> Pela porta da frente. Foi assim que o acusado (...) fugiu do DPJ (...) nenhum dos sete policiais de plantão no local afirmou ter percebido a ação), a alegação de que não está em sua área de atuação (A Tribuna, 12/11/2004)
>
> Pms também passaram mas não prestaram socorro, alegando que se tratava de área federal. (O Globo, 24/11/2004)

Além disso, negar o atendimento é um aspecto bastante negativo que perpassa algumas matérias "outros vizinhos do adolescente afirmaram que, a vítima pediu socorro por alguns minutos e os Pms se negaram a atende-lo" (Folha de Pernambuco, 4/11/2004).

O mal atendimento e o mal funcionamento das polícias são destacados em algumas matérias, reforçando a imagem negativa das mesmas e respaldada no aumento das denúncias que chegam às Ouvidorias de Polícia. As investigações policiais são objetos de críticas nos jornais ("magistrado aconselhou a polícia investigar melhor" – O Globo, 4/11/2004), ("é preciso que o serviço de inteligência da polícia descubra quem está causando toda essa confusão" – A Gazeta, 23/11/2004). O desaparelhamento das polícias e os erros administrativos são citados como

aspectos negativos que indicam o mal funcionamento das polícias. As perícias também são criticadas por estarem em "estado caótico" (O Globo, 1º/11/2004) e por emissão de falsos laudos ou pela produção desnecessária de laudos que são ridicularizados pela mídia (laudo da morte de um pombo: "para uma estrutura de segurança pública que tem muito mais o que fazer, pode-se dizer que é burocracia demais para se iniciar uma tentativa decifrar o mistério de um pombo morto numa praia deserta" (O Globo, 24/11/2004).

Aspectos positivos destacados nas matérias

A pequena proporção de matérias que representam aspectos positivos das ações policiais (3,9%) referem-se a alguns temas como: orientações da polícia sobre segurança; ação cooperativa das polícias; ação eficaz/investimento em segurança; reorganização das polícias; melhoria do atendimento; co-responsabilidade nas ações policiais; investimento em qualificação/capacitação; outras ações da polícia.

Em relação à divulgação de orientações da polícia sobre segurança, considera-se que essa é uma forma positiva dos jornais representarem as ações policias. Esse aspecto foi verificado no jornal A Tribuna que divulga em algumas de suas reportagens um quadro com as instruções da Polícia Militar sobre segurança, dirigida à população em geral.

No que se refere à representação de ações cooperativas das polícias, dois jornais (Diário de Pernambuco/PE e O Povo/RJ) abordaram os seguintes temas: a criação de parcerias entre o Instituto Médico Legal e os hospitais de Recife para a melhoria e rapidez da produção de laudos; um outro tema abordado se refere à integração entre a Polícia Militar e uma comunidade do Rio de Janeiro: "Tenho o projeto de desenvolver o lado assistencial e social dos nossos policiais. Vamos promover eventos para a terceira idade e, principalmente, para as crianças. O Batalhão também tem um papel importante na revitalização da região" (O Povo, 22/11/2004).

Os jornais Folha de São Paulo, O Globo e O Povo abordaram a ação eficaz/investimento em segurança das polícias. As matérias consideraram eficazes as ações com planejamento, em tempo hábil e não violentas:

> Se a polícia não tivesse agido rapidamente, teria sido um massacre (Folha de São Paulo, 23/11/2004).

> Uma hora depois, sem que fosse necessário sequer um tiro, 14 traficantes armados com fuzis e munição suficientes para sustentar um longo tiroteio estavam dominados, algemados e de partida para a cadeia na caçamba dos carros da PF (...) Era o fim de uma operação que começou a ser planejada seis meses antes no setor de inteligência... (O Globo, 7/11/2004)
>
> Policiais do 5º BPM esbanjam bons resultados em serviço (...) Graças à rápida atuação da polícia... .(O Povo, 22/11/2004)
>
> Estamos provando que investimento em segurança pública é fundamental, quando o dinheiro é aplicado em tecnologia, inteligência e policiais especializados – afirma o delegado federal....(O Globo, 7/11/2004)

Uma outra representação positiva das ações policiais refere-se a reorganização da instituição policial como ações que são implementadas visando a melhoria desse atendimento "trocou chefes da divisão, estimulou ações coordenadas. A medida, aparentemente uma mudança burocrática, desatou os nós internos da estrutura da PF." (O Globo, 14/11/2004)

Em relação à melhoria do atendimento, A Tribuna destaca a presença de policiamento nas ruas, garantindo maior segurança e reduzindo o número de ocorrências policiais.

Um outro aspecto que representa positivamente as ações policiais refere-se ao investimento em qualificação e capacitação de seus operadores. A Tribuna, em 18/11/2004, divulga um evento sobre o controle da criminalidade e a atuação das polícias como parte do Seminário "Polícias, Direito e Segurança Pública em Debate", do Centro de Informação e Aperfeiçoamento da PM.

Outras ações das polícias são representadas nos jornais Diário de São Paulo e A Tribuna, referindo-se à atividade das polícias, nem sempre ligadas à segurança pública, mas que são realizadas como ajuda no parto e salvamento de suicidas. "Eles dizem que a grande dificuldade para ajuda-la a dar a luz foi a falta de material de primeiros socorros no local. 'Nem luvas recebemos da Prefeitura'. (Diário de São Paulo, 7/11/2004). Além das atividades operacionais, a Polícia Militar, por exemplo, desenvolve através de seus vários órgãos, uma série de atividades sociais visando o auxilio a população.

A co-responsabilidade nas ações policiais são representadas nos jornais através da divulgação de projetos e programas em parceria com a sociedade. Escolas, comunidades, parcerias entre as próprias polícias e forças armadas, parcerias das policias com associação de moradores e comerciantes são alguns dos exemplos citados na imprensa escrita, em todos os jornais. Essa forma de representação

contribui significativamente para a compreensão das possibilidades de atuação policial que não se restringem aos atos de repressão.

BREVE DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

É necessário analisar continuamente essas formas de representação na mídia, para que se tenha uma concepção atualizada das mudanças que se dão tanto no campo da produção de informação quanto nas próprias polícias. A permanência de um estilo jornalístico policialesco ainda é freqüente em alguns jornais, deixando de lado a cobertura mais contextualizada das questões de segurança pública para um jornalismo mais factual. Alguns jornais atuam de forma mais aprofundada as ações policiais, produzindo uma representação das polícias e seus operadores de forma analítica e reflexiva. Entretanto, a representação negativa, embora presente em uma parcela pequena de matérias se comparadas ao total de matérias factuais, produz um sentido impactante na percepção da atuação das polícias, conforme alguns estudos já vêm apontando. As manchetes, os atributos utilizados para qualificar negativamente as ações policiais, o enquadramento das fotografias são alguns dos elementos que devem ser aprofundados na perspectiva do discurso e da construção de sentidos sobre essas corporações. O material empírico analisado, porém, não contemplou um estudo sobre as imagens, mas procurou apreende-las sob a ótica de produção de textos, ou seja, essas imagens contém poder de fala e como tal, também devem ser analisadas em outros estudos.

Dos aspectos positivos apreendidos, ainda verifica-se uma ausência de melhor qualificação das matérias e uma inexistência de questões que deveriam ser abordadas, além da baixa freqüência com que essas representações aparecem, em relação ao complexo tema da segurança pública e das instituições policiais como instituições prestadoras de serviço à sociedade.

Verifica-se que as imagens construídas pela mídia escrita tendem a criar estereótipos em relação ao policial e suas corporações, que estão ligados a uma idéia de irregularidade, brutalidade, truculência e corrupção. Esses estereótipos tomam proporções simbólicas significativas no imaginário social. Uma grande parcela das notícias informam sobre as ações legais da polícia. Mas é na narrativa das ações ilegais que se concentra um poder de disseminação dessa visão negativa, extremamente rechaçada pela população em geral, principalmente por referir-se a uma instituição pública e que tem como dever protege-la.

Por outro lado, policiais e suas corporações também constroem imagens estereotipadas da mídia em geral, conforme apontaram algumas pesquisas. Essa imagem negativa da mídia vem contribuindo para uma animosidade entre essas instituições sociais, não colaborando para um entendimento mais aprofundado de questões cruciais que envolvem o trabalho da polícia e seu papel na sociedade.

Alguns aspectos, ainda pouco divulgados e disponíveis, hoje, em institutos de pesquisas como o Instituto São Paulo contra a Violência, em São Paulo, o Centro de Estudos de Segurança e Cidadania, no Rio de Janeiro, e núcleos acadêmicos em diversas universidades do Brasil, podem ajudar na compreensão e na problematização de questões como: melhoria da gestão das organizações policiais; controle das polícias; integração das ações policiais; o crescimento da segurança privada; o papel das polícias comunitárias; adoção do plano nacional de segurança pública; condições de trabalho e saúde dos policiais, incluindo o aparelhamento da polícia técnica, por exemplo.

Em relação ao papel da Secretaria Nacional de Segurança Pública, algumas recomendações podem ser feitas a partir deste estudo, visando a mudança de enfoque da relação polícia *versus* sociedade e mídia.

- Promover seminários para jornalistas e editores de jornais de forma a divulgar pontos importantes que possam complementar as notícias que envolvem ações policiais, tais como: estatísticas, referência completa ao tipo de corporação envolvida nas ações, divulgar reformas e implementação de políticas de segurança adotadas pelas corporações.
- Promover seminários com policiais e seus superiores, de todas as corporações, sobre a percepção dos mesmos em relação a sua imagem nos meios de comunicação e na sociedade em geral, de forma que possam expor suas opiniões, suas experiências e propostas, através de grupos de trabalhos.
- Promover encontros entre as assessorias de imprensa das corporações policiais e jornalistas que cobrem eventos envolvendo essas corporações, para que se criem alguns critérios para a produção da informação, tendo em vista questões éticas do jornalismo e, principalmente, atendendo o interesse de melhoria da qualidade da informação e melhoria da segurança para a sociedade.
- Discutir com os órgãos de imprensa, sociedade civil organizada, especialistas e corporações a questão da produção da informação e a construção do medo

social disseminado em relação à violência, de forma a contribuir para a desconstrução de algumas percepções presentes no imaginário social.

- Propiciar debates nacionais, com base em estudos, sobre a contribuição das representações da mídia sobre as formas de violência e seu impacto na criminalização das populações empobrecidas, a fim de subsidiar mudanças dessa visão presente na atuação de algumas mídias e de alguns policiais, e também discutir os critérios das ações policiais pautadas nessas formas de discriminação.
- Promover pesquisas de âmbitos locais e nacionais a fim de aprofundar o conhecimento sobre os meios de comunicação, políticas de segurança, violência social, práticas policiais positivas, práticas policiais violentas etc, a fim de ampliar o debate público sobre essas questões e propiciar a criação de políticas públicas que respondam às necessidades da sociedade.

Referências

ANCHIETA, VCC & GALINKIN, AL. Policiais civis: representando a violência. *Psicologia e Sociedade*, v.17, n.1, p. 17-28, 2005.

ANGRIMANI, D. *Espreme que sai sangue:* um estudo do sensacionalismo na imprensa.. São Paulo: Summus, 1995. (Coleção Novas Buscas em Comunicação, v.47).

ASSIS, SG *et al.* A dor da vida marcada no corpo. In: MINAYO, MCS & SOUZA, ER. *Missão investigar:* entre o ideal e a realidade de ser policial. Rio de Janeiro: Garamond, 2003. p.227-246.

BAIERL, LF. M*edo social:* da violência visível ao invisível da violência. São Paulo: Cortez, 2004.

BAUER, MW & GASKELL, G (Eds.). *Pesquisa qualitativa com texto*: imagem e som - um manual prático. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

BENGOCHEA, JLP *et al*. A transição de uma polícia de controle para uma polícia cidadã. *São Paulo em Perspectiva*, v.18, n.1, p. 119-131, 2004.

BRITO, AS & SOUZA, L. Representações sociais de policiais civis sobre profissionalização. *Sociologias*, v.6, n.12, p.304-327, 2004.

CARDIA, N. *Pesquisa sobre atitudes, normas culturais e valores em relação à violência em 10 capitais brasileiras*. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, 1999.

CHAMPAGNE, PA. Visão midiática. In: BORDIEU, P (Org.) *A miséria do mundo.* Petrópolis, RJ: Vozes, 1997. p.63-79.

ELHAJJI, M. Por um jornalismo auto-reflexivo. In: PAIVA, R. (Org.). *Ética, cidadania e imprensa.* Rio de Janeiro: Maud, 2002. p.117-131.

GOMES, R; SOUZA, ER & MINAYO, MCS. Imagem do policial civil: um jogo de espelhos. In: MINAYO, MCS & SOUZA, ER. *Missão investigar: entre o ideal e a realidade de ser policial*. Rio de Janeiro: Garamond, 2003. p.163-185.

GRAMSCI, A. *A concepção dialética da História.* 4.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

GUIMARÃES, JG; TORRES, ARR & FARIA, MRV. Democracia e violência policial: o caso da Policia Militar. *Psicologia em Estudo*, v.10, n.2, p.263-271, 2005.

HOBSBAWN, E. *A era dos extremos:* o breve século XX. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

NJAINE, K & MINAYO, MCS. Análise do discurso da imprensa sobre rebeliões de jovens infratores em regime de privação de liberdade. *Ciência & Saúde Coletiva*, v.7, n.2, p.285-29, 2002.

NJAINE, K *et al.* A produção da (des)informação sobre violência: análise de uma prática discriminatória. *Cadernos de Saúde Pública,* v.13, n.3,:p. 405-414, 1997.

LIMA, RK. Políticas de Segurança Pública e seu impacto na formação policial: considerações teóricas e propostas práticas. In: ZAVERUCHA, J; ROSÀRIO, M; BARROS, N. *Políticas de Segurança Pública*: dimensão da formação e impactos sociais, 2002. p.199-220.

MARCONDES FILHO, C. *Jornalismo:* a saga dos cães perdidos. São Paulo: Hacker Editores, 2000.

MARTÍN-BARBERO, J. *Dos meios as medições:* comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: Editora Ufrj, 2001.

MESQUITA NETO, P. Policiamento comunitário e prevenção do crime: a visão dos coronéis da Polícia Militar. *São Paulo em Perspectiva*, v.18, n.1, p. 103-110, 2004.

MESQUITA NETO, P. & RICARDO, C. Fórum Metropolitano de Segurança Pública e a Ampliação do Debate sobre Violência em São Paulo. 2003. Disponível em: http://www.spcv.org.br/documentos/TextoPauloCaroldoc. Acesso em: nov. 2005.

MINAYO, MCS. Conclusões. In: MINAYO, MCS & SOUZA, ER (Orgs.). *Missão investigar*: entre o ideal e a realidade de ser policial. Rio de Janeiro: Garamond, 2003. p. 327-351.

MINAYO, MCS. *O desafio do conhecimento*: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec, 1994.

MINAYO, MCS, SOUZA ER, NJAINE, K, CAVALCANTI FG. *Avaliação do programa GPAE no Rio de Janeiro:* visão dos diferentes atores envolvidos no processo. Rio de Janeiro: CLAVES/Viva Rio, 2004. Relatório de Pesquisa.

MINAYO, MCS *et al. Fala, galera*: juventude, violência e cidadania na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Garamond, 1999.

RAMOS, S & PAIVA, A. *Mídia e violência:* como os jornais retratam a violência e a segurança pública no Brasil. Rio de Janeiro: Centro de Estudos de Segurança Pública, 2005. Relatório Preliminar.

RAMOS, S & MUSUMECI, L. Elemento suspeito: abordagem policial e discriminação na cidade do Rio de Janeiro. *CESEC: Boletim Segurança e Cidadania,* v.3, n.8, p. 1-16, 2004.

RAMONET, I. Imprensa contra a corrente. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeio. 16/3/96. Caderno Idéias. p.5

REBELO, J. *O discurso do jornal.* Lisboa: Editorial Notícias, 2000.

SADEK, MT & ARANTES, RB. Delegados de polícia: quem são e o pensam. *Cadernos Adenauer*, v.4, n.3, p.129-150, 2003.

SENASP. Secretaria Nacional de Segurança Pública. Distribuição do total de efetivo e Composição dos efetivos segundo o tipo de instituição por Unidade da Federação.Disponível em:http://www.mj.gov.br/senasp/estatisticas/efetivo/estat_efetivos1.htm. Acesso em: nov. 2005.

SENASP. Secretaria Nacional de Segurança Pública. Distribuição do efetivo da Polícia Militar por Unidade da Federação. Disponível em:http://www.mj.gov.br/senasp/estatisticas/efetivo/estat_efetivos3.htm. Acesso em: nov. 2005a.

SENASP. Secretaria Nacional de Segurança Pública. Distribuição do efetivo da Polícia Militar por Unidade da Federação. Disponível em:http://www.mj.gov.br/senasp/estatisticas/efetivo/estat_efetivos3.htm. Acesso em nov. 2005b.

SODRÉ, M. *O social irradiado:* violência urbana, neogrotesco e mídia. São Paulo: Cortez, 1992.

WOLF, M. *Teorias da comunicação.* Lisboa: Editorial Presença, 2001.

VERON, E. L'Analyse du Contrat de Lecture: une nouvelle methode pour les etudes de positionnment des supports presse. In: *Medias:* experiences recherches actualles aplications. Paris: IREP, 1985. p. 203-229.

ZANOTELLI, CL; RAIZER, EC & CASTRO, M. Violência criminalizada: os homicídios cometidos no Espírito Santo noticiados nos jornais - 1994-2002. *Cidadã/Núcleo de Estudo, Pesquisa e Extensão sobre Violência, Segurança Pública e Direitos Humanos*. v.1, n.1, 2004.

ZAVERUCHA, J. *Polícia Civil de Pernambuco*: o desafio da reforma. Recife: Ed.Universitária UFPE, 2003.

Sites Pesquisados

http://www.sesp.es.gov.br/

http://www.pm.es.gov.br

http://www.sds.pe.gov.br/

http://www.pm.pe.gov.br

http://www.policiacivil.pe.gov.br/

http://www.ssp.rj.gov.br/

http://www.policiacivil.rj.gov.br/

http://www.policiamilitar.rj.gov.br

http://www.ssp.sp.gov.br

http://www.polmil.sp.gov.br

http://www.policia-civ.sp.gov.br

http://www.ufes.br/~proex/nevi

http://www.redetribuna.com.br/

http://www.diariosp.com.br/

http://www.pernambuco.com/diario/index.html

http://www.folhape.com.br/

http://www1.folha.uol.com.br

http://oglobo.globo.com

http://gazetaonline.globo.com

http://www.anj.org.br

http://www.ipes.es.gov.br

http://www.ibge.gov.br/

http://www.condepefidem.pe.gov.br

http://www.cide2.rj.gov.br

http://www.circulacao.org.br

http://www.mj.gov.br/senasp

ANEXOS

ANEXO 1

NOME DO JORNAL:	**DATA:**	**PÁGINA:**
TÍTULO:		**SEÇÃO:**

ANEXO 2

Ministério da Saúde

Fundação Oswaldo Cruz
Centro Latino-Americano de Estudos de Violência e Saúde Jorge Careli
Ministério da Justiça
Secretaria Nacional de Segurança Pública **código:**

Questionário

A IMAGEM DO POLICIAL NA MÍDIA ESCRITA – ESTUDO COMPARATIVO DE QUATRO CAPITAIS BRASILEIRAS

Bloco I - Identificação do material

Jornal:	**1.**( ) Folha de SP	**2.** ( ) Diário de SP	**3.** ( ) O Globo	**4.** ( ) O Povo
	5. ( ) Gazeta	**6.** ( ) A Tribuna	**7.** ( ) Diário de Pernambuco	**8.** ( )Folha de Pernambuco

Cidade/Estado:	
Data:	
Título da matéria:	
Página:	

1.Seção			
1) Opinião	( )	**7)** Últimas	( )
2) Cotidiano	( )	**8)** São Paulo	( )
3) Cidade	( )	**9)** Não identificada	( )
4) Polícia	( )	**10)** Rio	( )
5) Brasil	( )	**11)** Outras _____	( )
6) Vida urbana	( )		

Bloco II – Caracterização da matéria jornalística

2- Qual(is) corporação(ões) policial(ais) aparece(m) na matéria:	**Sim**	**Não**	**Subentendido**
2a) Polícia Militar	**1.**( )	**2.**( )	**3.**( )
2b) Polícia Civil	**1.**( )	**2.**( )	**3.**( )
2c) Polícia Federal	**1.**( )	**2.**( )	**3.**( )
2d) Guarda municipal	**1.**( )	**2.**( )	**3.**( )
2e) Polícia Técnica	**1.**( )	**2.**( )	**3.**( )

2f) Polícia Rodoviária	**1.**( )	**2.**( )	**3.**( )
2g) Forças Armadas	**1.**( )	**2.**( )	**3.**( )
2h) Não identificada	**1.**( )	**2.**( )	**3.**( )

3– Local(is) onde ocorreu(ram) o tema da matéria:	**Sim**	**Não**	
3a) País	**1.**( )	**2.**( )	
3b) Estado	**1.**( )	**2.**( )	Qual? _____
3c) Cidade	**1.**( )	**2.**( )	Qual? _____
3d) Bairro	**1.**( )	**2.**( )	Qual? _____
3e) Outros	**1.**( )	**2.**( )	Qual? _____

4 - Tipo de matéria:	**Sim**	**Não**		**Sim**	**Não**
4a) Reportagem	**1.**( )	**2.**( )	**4.d)** Coluna	**1.**( )	**2.**( )
4b) Nota	**1.**( )	**2.**( )	**4.e)** Editorial	**1.**( )	**2.**( )
4c) Artigo assinado	**1.**( )	**2.**( )			

5- Fontes de informação:	**Sim**	**Não**		**Sim**	**Não**
5a) Policial	**1.**( )	**2.**( )	**5l)** Órgão internacional	**1.**( )	**2.**( )
5a.1) Policial Militar	**1.**( )	**2.**( )	**5m)** Especialista	**1.**( )	**2.**( )
5a.2) Policial Civil	**1.**( )	**2.**( )	**5n)** Defensoria pública	**1.**( )	**2.**( )
5a.3) Guarda Municipal	**1.**( )	**2.**( )	**5o)** Delegado (a)	**1.**( )	**2.**( )
5a.4) Policial Federal	**1.**( )	**2.**( )	**5p)** Corregedor	**1.**( )	**2.**( )
5a.5) Policial Técnica	**1.**( )	**2.**( )	**5q)** Representante do Ministério Público	**1.**( )	**2.**( )
5a.6) Policial Rodoviária	**1.**( )	**2.**( )	**5r)** Representante do Ministério da Justiça	**1.**( )	**2.**( )
5b) Corporação policial	**1.**( )	**2.**( )	**5s)** Vítima adulta	**1.**( )	**2.**( )
5b.1) Polícia Militar	**1.**( )	**2.**( )	**5t)** Vítima criança/adolescente	**1.**( )	**2.**( )
5b.2) Polícia Civil	**1.**( )	**2.**( )	**5u)** Familiar (res) da vítima	**1.**( )	**2.**( )
5b.3) Guarda Municipal	**1.**( )	**2.**( )	**5v)** Suspeito/ acusado/criminoso	**1.**( )	**2.**( )
5b.4) Polícia Federal	**1.**( )	**2.**( )	**5x)** Familiar (res) do suspeito/ acusado/criminoso	**1.**( )	**2.**( )
5b.5) Polícia técnica	**1.**( )	**2.**( )	**5z)** Categoria profissional _____	**1.**( )	**2.**( )
5b.6) Polícia.Rodoviária	**1.**( )	**2.**( )	**5Aa)** DPCA	**1.**( )	**2.**( )
5c) Jornalista	**1.**( )	**2.**( )	**5Ab)** Conselhos tutelares,de direitos (qualquer esfera)	**1.**( )	**2.**( )
5d) Outra mídia (tv, internet etc.)	**1.**( )	**2.**( )	**5Ac)** Poder executivo (qualquer esfera)	**1.**( )	**2.**( )
5e) Agência de notícia	**1.**( )	**2.**( )	**5Ad)** Poder legislativo (qualquer esfera)	**1.**( )	**2.**( )
5f) População em geral	**1.**( )	**2.**( )	**5Ae)** Poder judiciário (qualquer esfera)	**1.**( )	**2.**( )
5g) Sociedade civil organizada	**1.**( )	**2.**( )	**5Af)** Forças armadas	**1.**( )	**2.**( )
5h) Universidades e centro de pesquisa	**1.**( )	**2.**( )	**5Ag)** Segurança privada	**1.**( )	**2.**( )
5i) Órgão público	**1.**( )	**2.**( )	**5Ah)** Testemunha(s)	**1.**( )	**2.**( )
5j) Ong	**1.**( )	**2.**( )	**5Ai)**Outros _____	**1.**( )	**2.**( )
5k) Empresa privada	**1.**( )	**2.**( )			

6- Uso de estatísticas:	Sim	Não
6a) Secretaria de segurança pública	**1.**( )	**2.**( )
6b) Demais órgãos públicos	**1.**( )	**2.**( )
6c) Empresas privadas (ex.: Ibope, Datafolha etc.)	**1.**( )	**2.**( )

	Sim	Não
6d) Centros de pesquisa	**1.**( )	**2.**( )
6e) Outras estatísticas _____	**1.**( )	**2.**( )

7- Uso de Box:	Sim	Não
7a) Comentário de autoridade da área de segurança	**1.**( )	**2.**( )
7b) Comentário de especialista	**1.**( )	**2.**( )
7c) Comentário da população	**1.**( )	**2.**( )

	Sim	Não
7d) Trechos de leis	**1.**( )	**2.**( )
7e) Cronologia dos fatos	**1.**( )	**2.**( )
7f) Informações adicionais (ex.: Saiba mais, Dica**s)**	**1.**( )	**2.**( )
7g) Outros _____	**1.**( )	**2.**( )

8- Uso de fotos:	Sim	Não
8a) Corpos feridos e mutilados	**1.**( )	**2.**( )
8b) Pessoas testemunhando eventos violentos	**1.**( )	**2.**( )
8c) Foto de vítima da violência	**1.**( )	**2.**( )
8d) Foto de autor da violência	**1.**( )	**2.**( )
8e) Foto de suspeito/acusado/criminoso	**1.**( )	**2.**( )

	Sim	Não
8f) Local do evento	**1.**( )	**2.**( )
8g) Policial em ação	**1.**( )	**2.**( )
8h) Corporação policial em ação	**1.**( )	**2.**( )
8i) Presença de arma de fogo	**1.**( )	**2.**( )
8j) Outras _____	**1.**( )	**2.**( )

9- Uso de desenhos e ilustração:	Sim	Não
9a) Cena da ação policial	**1.**( )	**2.**( )
9b) Reconstituição de crime	**1.**( )	**2.**( )
9c) Cena de julgamento	**1.**( )	**2.**( )

	Sim	Não
9d) Retrato falado	**1.**( )	**2.**( )
9e) Charge	**1.**( )	**2.**( )
9f) Outros _____	**1.**( )	**2.**( )

10- Utilização de tabelas, gráficos e mapas:	Sim	Não
10a) Tabela	**1.**( )	**2.**( )
10b) Gráfico	**1.**( )	**2.**( )
10c) Mapa	**1.**( )	**2.**( )

11 – Relevância dos atores na matéria:	Protagonista	Coadjuvante	Não se aplica
11a) Policial	**1.**( )	**2.**( )	**3.** ( )
11a.1) Policial Militar	**1.**( )	**2.**( )	**3.** ( )
11a.2) Policial Civil	**1.**( )	**2.**( )	**3.** ( )
11a.3) Guarda Municipal	**1.**( )	**2.**( )	**3.** ( )
11a.4) Policial Federal	**1.**( )	**2.**( )	**3.** ( )
11a.5) Policial técnico	**1.**( )	**2.**( )	**3.** ( )
11a.6) Policial Rodoviário	**1.**( )	**2.**( )	**3.** ( )
11b) Corporação	**1.**( )	**2.**( )	**3.** ( )
11b.1) Polícia Militar	**1.**( )	**2.**( )	**3.** ( )
11b.2) Polícia Civil	**1.**( )	**2.**( )	**3.** ( )

11b.3) Polícia Federal	**1.**( )	**2.**( )	**3.** ( )
11b.4) Guarda Municipal	**1.**( )	**2.**( )	**3.** ( )
11b.5) Polícia Técnica	**1.**( )	**2.**( )	**3.** ( )
11b.6) Polícia Rodoviária	**1.**( )	**2.**( )	**3.** ( )
11c) Vítima adulta	**1.**( )	**2.**( )	**3.** ( )
11d) Vítima criança/adolescente	**1.**( )	**2.**( )	**3.** ( )
11e) Familiar (res) da vítima	**1.**( )	**2.**( )	**3.** ( )
11f) Suspeito/acusado/criminoso	**1.**( )	**2.**( )	**3.** ( )
11g) Familiar (res) do suspeito/ acusado/criminoso	**1.**( )	**2.**( )	**3.** ( )
11h) Testemunha(s)	**1.**( )	**2.**( )	**3.** ( )
11i) Outros _____	**1.**( )	**2.**( )	**3.** ( )

12- Que atores são citados na matéria:	**Sim**	**Não**		**Sim**	**Não**
12a) Policial	**1.**( )	**2.**( )	**12g)** Sociedade civil organizada	**1.**( )	**2.**( )
12a.1) Policial Militar	**1.**( )	**2.**( )	**12h)** Universidades e centro de pesquisa	**1.**( )	**2.**( )
12a.2) Policial Civil	**1.**( )	**2.**( )	**12i)** Órgão público de segurança	**1.**( )	**2.**( )
12a.3) Guarda Municipal	**1.**( )	**2.**( )	**12j)** Órgão internacional	**1.**( )	**2.**( )
12a.4) Policial Federal	**1.**( )	**2.**( )	**12l)** Especialista	**1.**( )	**2.**( )
12a.5) Policial técnica	**1.**( )	**2.**( )	**12m)** Defensoria pública	**1.**( )	**2.**( )
12a.6) Policial Rodoviária	**1.**( )	**2.**( )	**12n)** Delegado (a)	**1.**( )	**2.**( )
12b) Corporação policial	**1.**( )	**2.**( )	**12o)** Corregedor	**1.**( )	**2.**( )
12b.1) Polícia Militar	**1.**( )	**2.**( )	**12p)** Representante do Ministério Público	**1.**( )	**2.**( )
12b.2) Polícia Civil	**1.**( )	**2.**( )	**12q)** Representante do Ministério da Justiça	**1.**( )	**2.**( )
12b.3) Polícia Federal	**1.**( )	**2.**( )	**12r)** Vítima adulta	**1.**( )	**2.**( )
12b.4) Guarda Municipal	**1.**( )	**2.**( )	**12s)** Vítima criança/adolescente	**1.**( )	**2.**( )
12b.5) Polícia Técnica	**1.**( )	**2.**( )	**12t)** Familiar(res) da vítima	**1.**( )	**2.**( )
12b.6) Polícia Rodoviária	**1.**( )	**2.**( )	**12u)** Suspeito/ acusado/criminoso	**1.**( )	**2.**( )
12c) Jornalista	**1.**( )	**2.**( )	**12v)** Familiar(res) do suspeito/ acusado/criminoso	**1.**( )	**2.**( )
12d) Outra mídia (tv, internet etc.)	**1.**( )	**2.**( )	**12x)** Categoria profissional _____	**1.**( )	**2.**( )
12e) Agência de notícia	**1.**( )	**2.**( )	**12z)** DPCA	**1.**( )	**2.**( )
12f) População em geral	**1.**( )	**2.**( )	**12Aa)** Conselhos tutelares, de direitos (qualquer esfera)	**1.**( )	**2.**( )
12Ab) Poder executivo (qualquer esfera)	**1.**( )	**2.**( )	**12Af)** Segurança privada	**1.**( )	**2.**( )
12Ac) Poder legislativo (qualquer esfera)	**1.**( )	**2.**( )	**12Ag)** Testemunha(s)	**1.**( )	**2.**( )
12Ad) Poder judiciário (qualquer esfera)	**1.**( )	**2.**( )	**12Ah)** Outros _____	**1.**( )	**2.**( )
12Ae) Forças armadas	**1.**( )	**2.**( )			

13- Quem tem voz direta na matéria:	Sim	Não		Sim	Não
13a) Policial	**1.**( )	**1.**( )	**13k)** Especialista	**1.**( )	**2.**( )
13a.1) Policial Militar	**1.**( )	**2.**( )	**13l)** Defensoria pública	**1.**( )	**2.**( )
13a.2) Policial Civil	**1.**( )	**2.**( )	**13m)** Delegado (a)	**1.**( )	**2.**( )
13a.3) Guarda Municipal	**1.**( )	**2.**( )	**13n)** Corregedor	**1.**( )	**2.**( )
13a.4) Policial Federal	**1.**( )	**2.**( )	**13o)** Representante do Ministério Público	**1.**( )	**2.**( )
13a.5) Policial técnica	**1.**( )	**2.**( )	**13p)** Representante do Ministério da Justiça	**1.**( )	**2.**( )
13a.6) Policial Rodoviária	**1.**( )	**2.**( )	**13q)** Vítima adulta	**1.**( )	**2.**( )
13b) Corporação policial	**1.**( )	**2.**( )	**13r)** Vítima criança/adolescente	**1.**( )	**2.**( )
13b.1) Polícia Militar	**1.**( )	**2.**( )	**13s)** Familiar (res) da vítima	**1.**( )	**2.**( )
13b.2) Polícia Civil	**1.**( )	**2.**( )	**13t)** Suspeito/ acusado/criminoso	**1.**( )	**2.**( )
13b.3) Polícia Federal	**1.**( )	**2.**( )	**13u)** Familiar(res) do suspeito/acusado/criminoso	**1.**( )	**2.**( )
13b.4) Guarda Municipal	**1.**( )	**2.**( )	**13v)**Categoria profissional _____	**1.**( )	**2.**( )
13b.5) Polícia Técnica	**1.**( )	**2.**( )	**13x)** DPCA	**1.**( )	**2.**( )
13b.6) Polícia Rodoviária	**1.**( )	**2.**( )	**13z)**Conselhos tutelares,de direitos (qualquer esfera)	**1.**( )	**2.**( )
13c) Jornalista	**1.**( )	**2.**( )	**13Aa)** Poder executivo (qualquer esfera)	**1.**( )	**2.**( )
13d) Outra mídia (tv, internet etc.)	**1.**( )	**2.**( )	**13Ab)** Poder legislativo (qualquer esfera)	**1.**( )	**2.**( )
13e) Agência de notícia	**1.**( )	**2.**( )	**13Ac)** Poder judiciário (qualquer esfera)	**1.**( )	**2.**( )
13f) População em geral	**1.**( )	**2.**( )	**13Ad)** Forças armadas	**1.**( )	**2.**( )
13g) Sociedade civil organizada	**1.**( )	**2.**( )	**13Ae)** Segurança privada	**1.**( )	**2.**( )
13h) Universidades e centro de pesquisa	**1.**( )	**2.**( )	**13Af)** Testemunha(s)	**1.**( )	**2.**( )
13i) Órgão público de segurança	**1.**( )	**2.**( )	**13Ag)** Outros_____	**1.**( )	**2.**( )
13j) Órgão internacional	**1.**( )	**2.**( )			

14- Objetivo da ação policial citada na matéria:	Sim	Não		Sim	Não
14a) Apreensão de drogas	**1.**( )	**2.**( )	**14l)** Combate à exploração do trabalho infantil	**1.**( )	**2.**( )
14b) Apreensão de armas	**1.**( )	**2.**( )	**14m)** Combate à exploração sexual	**1.**( )	**2.**( )
14c) Apreensão de objetos roubados	**1.**( )	**2.**( )	**14n)** Combate ao trabalho escravo	**1.**( )	**2.**( )
14d) Apreensão de materiais piratas/contrabando	**1.**( )	**2.**( )	**14o)** Blitz	**1.**( )	**2.**( )
14e) Apreensão de suspeitos/acusados/criminosos	**1.**( )	**2.**( )	**14p)** Ocupação de áreas	**1.**( )	**2.**( )
14f) Investigação	**1.**( )	**2.**( )	**14q)** Operações de busca	**1.**( )	**2.**( )
14g) Intervenção em presídios	**1.**( )	**2.**( )	**14r)** Manutenção da ordem pública	**1.**( )	**2.**( )
14h) Intervenção em instituição de jovens em conflito com a lei	**1.**( )	**2.**( )	**14s)** Crime cometido contra o policial/corporação	**1.**( )	**2.**( )
14i) Apreensão de adolescente	**1.**( )	**2.**( )	**14t)** Crime cometido pelo policial/corporação	**1.**( )	**2.**( )
14j) Recolhimento de criança e adolescente em situação de rua	**1.**( )	**2.**( )	**14u)** Registro de ocorrência	**1.**( )	**2.**( )

14k) Combate à exploração sexual infantil	**1.**( )	**2.**( )	**14v)**Outras_____	**1.**( ) **2.**( )

15- Há vítima(s) na matéria:	**Sim**	**Não**
15a) Fatal	**1.**( ) Quantas?_____	**2.**( )
15b) Não fatal sem lesão	**1.**( ) Quantas? _____	**2.**( )
15c) Não fatal com lesão	**1.**( ) Quantas? _____	**2.**( )

15d) Cor – Vítima 1	**1.** ( ) Branca	**2.** ( )Parda	**3.** ( ) Negra	**4.** ( ) Amarela	**5.** ( ) Não informado	**6.** ( ) Não se aplica
15e) Cor – Vítima 2	**1.** ( ) Branca	**2.** ( )Parda	**3.** ( ) Negra	**4.** ( ) Amarela	**5.** ( ) Não informado	**6.** ( ) Não se aplica

15f) Idade 1	**1.** ( ) 0-11	**2.** ( ) 12-17	**3.** ( ) 18-24	**4.** ( ) 25-39	**5.** ( ) 40-60	**6.** ( ) Mais de 60	**7.** ( ) Não infor.	**8.** ( ) Não se ap
15g) Idade 2	**1.** ( ) 0-11	**2.** ( ) 12-17	**3.** ( ) 18-24	**4.** ( ) 25-39	**5.** ( ) 40-60	**6.** ( ) Mais de 60	**7.** ( ) Não infor.	**8.** ( ) Não se ap

15h) Categoria profissional 1	**1.**( ) Citada _____	**2.** ( ) Não Citada _____	**3.** ( ) Não se aplica
15i) Categoria profissional 2	**1.**( ) Citada _____	**2.** ( ) Não Citada _____	**3.** ( ) Não se aplica

15j) Sexo 1	**1** ( ) Feminino	**2.** ( ) Masculino	**3.** ( ) Não informado	**4.** ( ) Não se aplica
15k) Sexo 2	**1** ( ) Feminino	**2.** ( ) Masculino	**3.** ( ) Não informado	**4.** ( ) Não se aplica

16- Há suspeito/acusado/criminoso(s) na matéria:	**Sim**	**Não**
16a) Fatal	**1.**( ) Quantas?_____	**2.**( )
16b) Não fatal sem lesão	**1.**( ) Quantas? _____	**2.**( )
16c) Não fatal com lesão	**1.**( ) Quantas? _____	**2.**( )

16d) Cor 1	**1.** ( ) Branca	**2.** ( )Parda	**3.** ( ) Negra	**4.** ( ) Amarela	**5.** ( ) Não informado	**6.** ( ) Não se aplica
16e) Cor 2	**1.** ( ) Branca	**2.** ( )Parda	**3.** ( ) Negra	**4.** ( ) Amarela	**5.** ( ) Não informado	**6.** ( ) Não se aplica

16f) Idade 1	**1.** ( ) 0-11	**2.** ( ) 12-17	**3.** ( ) 18-24	**4.** ( ) 25-39	**5.** ( ) 40-60	**6.** ( ) mais de 60	**7.** ( ) Não infor.	**8.** ( ) Não se a
16g) Idade 2	**1.** ( ) 0-11	**2.** ( ) 12-17	**3.** ( ) 18-24	**4.** ( ) 25-39	**5.** ( ) 40-60	**6.** ( ) mais de 60	**7.** ( ) Não infor.	**8.** ( ) Não se a

16h) Categoria profissional 1	**1.**( ) Citada _____	**2.** ( ) Não Citada _____	**3.** ( ) Não se aplica
16i) Categoria profissional 2	**1.**( ) Citada _____	**2.** ( ) Não Citada _____	**3.** ( ) Não se aplica

16j) Sexo 1	**1** ( ) Feminino	**2.** ( ) Masculino	**3.** ( ) Não informado	**4.** ( ) Não se aplica
16k) Sexo 2	**1** ( ) Feminino	**2.** ( ) Masculino	**3.** ( ) Não informado	**4.** ( ) Não se aplica

17- Questões específicas da categoria e da atividade policial citadas na matéria:	**Sim**	**Não**
17a) Questões gerais de segurança pública	**1.**( )	**2.**( )
17b) Aumento do contingente	**1.**( )	**2.**( )
17c) Treinamento/qualificação	**1.**( )	**2.**( )
17d) Processo de admissão/concursos	**1.**( )	**2.**( )
17e) Questões de saúde do policial	**1.**( )	**2.**( )

	Sim	**Não**
17f) Atividades lucrativas extras	**1.**( )	**2.**( )
17g) Crime ou denúncia cometido pelas forças	**1.**( )	**2.**( )
17h) Crime ou denúncia contra as forças	**1.**( )	**2.**( )
17i) Outros_____	**1.**( )	**2.**( )

18- Tipo de crime/denúncia cometido pelo policial:	Sim	Não		Sim	Não
18a) Homicídio	**1.**( )	**2.**( )	**18f)** Desvio de armas	**1.**( )	**2.**( )
18b) Lesão corporal/maus tratos	**1.**( )	**2.**( )	**18g)** Tortura	**1.**( )	**2.**( )
18c) Envolvimento com o tráfico	**1.**( )	**2.**( )	**18h)** Outro_____	**1.**( )	**2.**( )
18d) Corrupção	**1.**( )	**2.**( )	**18i)** Não se aplica	**1.**( )	**2.**( )
18e) Humilhação/abuso de poder	**1.**( )	**2.**( )			

19 – Tipo de crime/denúncia cometido contra o policial:	Sim	Não		Sim	Não
19a) Morte de policial em serviço	**1.**( )	**2.**( )	**19d)** Roubo de arma/equipamento	**1.**( )	**2.**( )
19b) Morte de policial fora de serviço	**1.**( )	**2.**( )	**19e)** Outro _____	**1.**( )	**2.**( )
19c) Atentado/invasão contra instalações da polícia	**1.**( )	**2.**( )	**19f)** Não se aplica	**1.**( )	**2.**( )

20- Leis citadas na matéria:	Sim	Não		Sim	Não
20a) Constituição Federal	**1.**( )	**2.**( )	**20e)** Declaração Internacional dos Direitos Humanos	**1.**( )	**2.**( )
20b) Código Penal	**1.**( )	**2.**( )	**20f)** Outras _____	**1.**( )	**2.**( )
20c) Estatuto da Criança e do Adolescente	**1.**( )	**2.**( )	**20g)** Não se aplica	**1.**( )	**2.**( )
20d) Lei de Execuções Penais	**1.**( )	**2.**( )			

21- Nível de aprofundamento da matéria:	Sim	Não
21a) Descritiva	**1.**( )	**2.**( )
21b) Analítica	**1.**( )	**2.**( )
21c) Propositiva	**1.**( )	**2.**( )

Bloco III – Tratamento/Linguagem atribuída ao policial e às corporações

22 - Teor da matéria em relação ao policial:

1. ( ) Positivo **2.** ( ) Negativo **3.** ( ) Factual **4.** ( ) Não se aplica

23 - Teor da matéria em relação às corporações:

1. ( ) Positivo **2.** ( ) Negativo **3.** ( ) Factual **4.** ( ) Não se aplica

24– Frases/palavras/expressões citadas na matéria para retratar o policial:	Sim	Não		Sim	Não
24a) Polícia Militar	**1.**( )	**2.**( )	**24e)** Polícia Técnica	**1.**( )	**2.**( )
24b) Polícia Civil	**1.**( )	**2.**( )	**24f)** Polícia Rodoviária	**1.**( )	**2.**( )
24c) Guarda Municipal	**1.**( )	**2.**( )	**24g)** Não se aplica	**1.**( )	**2.**( )
24d)) Polícia Federal	**1.**( )	**2.**( )			

Positivas_____

_____

Negativas_____

_____

25 – Frases/palavras/expressões citadas na matéria para retratar as corporações:	**Sim**	**Não**
25a) Polícia Militar	**1.**( )	**2.**( )
25b) Polícia Civil	**1.**( )	**2.**( )
25c) Guarda Municipal	**1.**( )	**2.**( )
25d)) Polícia Federal	**1.**( )	**2.**( )

	Sim	**Não**
25e) Polícia Técnica	**1.**( )	**2.**( )
25f) Polícia Rodoviária	**1.**( )	**2.**( )
25g) Não se aplica	**1.**( )	**2.**( )

Positivas_____

_____

Negativas_____

_____

26 – Idéias presentes sobre a ação policial na matéria:	**Sim**	**Não**
26a) Ação legal	**1.**( )	**2.**( )
26b) Ação ilegal	**1.**( )	**2.**( )
26c) Organização e estratégias do exercício da profissão	**1.**( )	**2.**( )
26d) Outros _____	**1.**( )	**2.**( )